

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

**JONATHAN KARTER**

**ADORAÇÃO E ABERRAÇÃO: RETÓRICAS EM TORNO DE CANDIDATURAS  
PROPORCIONAIS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS PORTAIS UOL E GLOBO  
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020**

**São Borja  
2022**

**JONATHAN KARTER**

**ADORAÇÃO E ABERRAÇÃO: RETÓRICAS EM TORNO DE CANDIDATURAS  
PROPORCIONAIS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS PORTAIS UOL E GLOBO  
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Jornalismo  
da Universidade Federal do Pampa,  
como requisito parcial para aprovação  
no componente obrigatório de TCC II e  
para obtenção do Título de Bacharel  
em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sara Feitosa

**São Borja  
2022**

**JONATHAN KARTER**

**ADORAÇÃO E ABERRAÇÃO: RETÓRICAS EM TORNO DE CANDIDATURAS  
PROPORCIONAIS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS PORTAIS UOL E GLOBO NAS  
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 16 de março de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sara Alves Feitosa

Orientadora

UNIPAMPA

---

Jor. Me. José Ilton Lima Porto

---

Prof. Dr. Geder Luis Parzianello

UNIPAMPA



---

Assinado eletronicamente por **SARA ALVES FEITOSA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/03/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **GEDER LUIS PARZIANELLO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/03/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **José Ilton Lima Porto, Usuário Externo**, em 16/03/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0755245** e o código CRC **E9FA98E6**.

Dedico este trabalho aos meus pais, minhas avós e minha irmã, pelo incentivo de sempre; aos meus professores, em especial à orientadora deste trabalho, por me guiarem no caminho do conhecimento; aos amigos, que ouviram todas as reclamações do processo de produção; e a mim.

“Bato palmas para as travestis que lutam para existir

E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de viver, brilhar e arrasar”.

Linn da Quebrada

## RESUMO

O trabalho aborda a representatividade política na perspectiva da cobertura jornalística de candidaturas transexuais e travestis nas eleições proporcionais brasileiras de 2020. A investigação se justifica pelo contexto político estabelecido após a eleição de Bolsonaro, em 2018, que acirrou os debates políticos, intensificou a polarização do país e potencializou discursos conservadores. A partir das visões de Berenice Bento e Guacira Lopes Louro, entendemos as vivências de pessoas fora da cisheteronormatividade em diversos campos sociais no Brasil. Com teorias de Butler e Foucault discutimos conceitos de gênero e a influência dessas expressões nas relações de poder do “cistema” vigente. Analisamos reportagens dos portais Uol e Globo para perceber como o jornalismo realizou a cobertura dessas candidaturas e quais discursos foram evidenciados. Percebemos que há avanços nas narrativas sobre candidaturas, com diminuição do vocabulário desumanizador, mas é preciso contemporizar normas técnicas da profissão para que a cobertura jornalística seja mais inclusiva, inclusive gerando empregos, e que ultrapasse preconceitos arraigados na sociedade.

Palavras-chave: gênero; transexualidade; representatividade política; eleições municipais; jornalismo político;

## **ABSTRACT**

The work focus political representation from the perspective of journalistic coverage of transsexual and transvestite candidacies in the 2020 Brazilian proportional elections. The investigation is justified by the political context established after Bolsonaro's election in 2018, which heated political debates, intensified the country's polarization and potentiated conservative discourses. From the views of Berenice Bento and Guacira Lopes Louro, we understand the experiences of people outside the cis-heteronormativity in different social fields in Brazil. With theories from Butler and Foucault, we discuss gender concepts and the influence of these expressions on the power relations of the current "system". We analyzed articles from the Uol and Globo portals to understand how journalism covered these candidacies and which speeches were highlighted. We realize that there are advances in narratives about candidacies, with a decrease in the dehumanizing vocabulary, but it is necessary to compromise technical standards of the profession so that journalistic coverage is more inclusive, including generating jobs, and overcoming prejudices rooted in society.

Keywords: gender; transsexuality; political representation; municipal elections; political journalism



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisa de palavras-chave no BDTD/IBICT e Google Acadêmico.....	14
Tabela 2 - Pesquisa de palavras-chave no Google Acadêmico com filtro de tempo	14
Tabela 3 - Transformações na sigla da identidade.....	22
Tabela 4 - Pesquisa de amostragem para corpus de pesquisa.....	39
Tabela 5 - Matérias selecionadas para corpus de análise.....	40

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 Justificativa.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Problematização.....</b>	<b>16</b>
<b>2. DA SIGLA, PASSANDO PELA ARENA DE PODER ATÉ O JORNALISMO: TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA HISTÓRIA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Sopa de letrinhas.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1.1 T de torpe.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 A arena de decisões.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2.1 O “véio da lancha” não me representa.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3 O jornalismo edifica?.....</b>	<b>34</b>
<b>3. PALAVRAS TÊM PODER.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 Como realizamos a investigação?.....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 Definição do corpus de pesquisa e corpus de análise.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3 Apresentação e análise das reportagens.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3.1 O disparar de candidaturas, diz o Uol.....</b>	<b>43</b>
<b>3.4.1 Propaganda, Deus e transexualidade.....</b>	<b>48</b>
<b>3.5.1 Recorde de candidaturas viraram presença na arena.....</b>	<b>54</b>
<b>3.6.1 O extraordinário e o gênero na Língua.....</b>	<b>57</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>67</b>

## 1.INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscaremos entender as estratégias discursivas sobre a sexualidade de candidatos do Brasil no período eleitoral de 2020. Buscaremos a partir de então, entender como os discursos jornalísticos se apresentam e analisar se colaboram à construção de capital político favorável ou desfavorável à comunidade LGBTQIAP+<sup>1</sup>. O pleito de 2020, que elegeu vereadores e prefeitos para os mais de 5.500 municípios do país, teve recorde no registro de candidatos declaradamente LGBTQIA+ ou apoiadores da luta por direitos deste grupo da sociedade, segundo aponta o relatório da Aliança LGBTI+ que mensurou<sup>2</sup> tais candidaturas ao longo do tempo.

A afirmação pública da sexualidade ou expressão de gênero pelos candidatos demonstra, sem dúvidas, um avanço nas discussões desta pauta no Brasil. Se olharmos para o passado recente do país, perceberemos que a luta pelos direitos de existência tem crescido a tal ponto que, em última instância, chega à esfera de representação política<sup>3</sup>. Em 1941 foi publicado decreto que abria margem para prisão e violências deliberadas por agentes do Estado a pessoas que integravam a comunidade<sup>4</sup>. O decreto, conhecido como Lei da Vadiagem, no período da ditadura foi utilizado como instrumento jurídico para perseguir e reprimir pessoas LGBTQIA+ com ações policiais que chegaram a contar com centenas de militares e resultaram em prisões em massa (OCANHA, 2018). Cabe ressaltar que os alvos dessas perseguições eram em sua maioria lésbicas e transexuais/travestis. Uma vez que o machismo também era, e ainda é em alguma medida, traço evidente no tecido social e travestis, devido a marginalização de seus corpos, sobreviviam, em sua maioria, pela prostituição.

Após diversas ações por respeito e reconhecimento da dignidade desse grupo, como marchas, rodas de conversa e medidas para enfrentamento dos abusos contra a vida, a pauta vem sendo discutida de forma mais ampla e aceita pela população, em geral. Exemplos evidentes dessa ampliação é o reconhecimento pelo Livro dos

---

<sup>1</sup> Essa é a forma atualizada e completa da sigla, porém é preciso considerar que o símbolo “+” engloba todas as outras letras que não se encontram representadas pela sigla, portanto em alguns momentos a sigla poderá ser utilizada em formas reduzidas contendo o “+” ao final.

<sup>2</sup> VOTO COM ORGULHO – RESULTADOS - Aliança Nacional LGBTI. **Aliança Nacional LGBTI - Pela Dignidade e Direitos LGBTI+**. Disponível em: <<https://aliancagbti.org.br/voto-com-orgulho-resultados/>>. Acesso em: 10 May 2021.

<sup>3</sup> Utilizaremos o termo representação, pois nem todos os candidatos efetivamente são ativistas ou defendem pautas dos direitos LGBTQIA+. Portanto, não podendo realizar a representatividade.

<sup>4</sup> Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: pena - prisão simples, de (15) quinze dias a (3) três meses. (BRASIL, Decreto-Lei nº3.688, de 3 de outubro de 1941).

recordes, em 2006, que temos em São Paulo a maior Parada LGBTQIA+ do planeta com a adesão e participação de pessoas de diversas orientações sexuais e expressões de gênero, marcas multinacionais e cobertura jornalística de amplitude nacional (a Rede Globo fez matérias<sup>5</sup> sobre o evento em seus principais telejornais). Além disso, produtos de cultura, que tem público-alvo a “família tradicional brasileira”, tradicionalmente LGBTQIA+fóbica, tem abordado questões como vivências transexuais em seus roteiros. É o caso da novela “A Força do Querer”, transmitida pela Rede Globo, em 2017 e reprisada em 2020. Em 2021, a emissora produziu e exibiu em cadeia nacional um produto audiovisual intitulado “Falas de Orgulho”. Transmitido durante o mês do orgulho LGBTQIA+, o programa contou com relatos de experiências de vida de pessoas LGBTQIA+ de diversas áreas sociais. Além de naturalizar e incentivar a discussão sobre gênero e sexualidade em horário nobre, o programa conscientiza sobre as violências sofridas por essas pessoas diariamente.

Além da evolução nas discussões e aceitação das identidades LGBTQIA+ pela população brasileira, o pleito eleitoral de 2020 foi marcado por um contexto diferente das eleições anteriores. O fato de ser o primeiro pleito após a eleição de Jair Bolsonaro, candidato representante da extrema-direita no Brasil, resulta num acirramento das políticas de campanha que quadrienalmente já possuíam caráter ideológico mais conservador. Explica-se pela proximidade das discussões com a comunidade local, que facilmente tem acesso aos políticos e representantes municipais.

Também é essencial reconhecer o impacto que a pandemia de covid-19 causou em todo o processo eleitoral. Até o início das campanhas, o novo coronavírus já havia levado a óbito mais de 140 mil brasileiros, o que explica, mesmo que não inteiramente a taxa recorde de abstenções no pleito. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a taxa de abstenção geral no segundo turno chegou a 29,5%, o que representa mais de 11 milhões de eleitores. E piora, quando se percebe que em algumas cidades como Rio de Janeiro e Goiânia, essa taxa se aproximou dos 40%. As mudanças no sistema eleitoral e nas campanhas, como redução no tempo de divulgação e apresentação de propostas em rádio e televisão e protocolos de segurança para enfrentamento da pandemia, também podem ser consideradas como justificativas para estes números.

---

<sup>5</sup> Compreendemos a diferença semântica e prática entre os termos “reportagem” e “matéria”, porém neste trabalho utilizaremos ambos no entendimento de reportagens, como sinônimos, para evitar repetições e tornar o texto mais fluido.

Dada a realidade do país em que milhões de pessoas não possuem acesso à informação online e o medo de infecção mesmo com as medidas de segurança adotadas.

Utilizaremos para análise, as matérias que tratam de candidaturas LGBTQIA+ veiculadas nos sites globo.com e uol.com, entre os meses julho/2020 e novembro/2020. Escolhemos estes dois portais de notícias por serem os dois mais acessados do país (CANALTECH, 2021) atingindo, portanto, grande parte do público de eleitores. O período foi selecionado por contemplar o momento em que foi lançado o primeiro levantamento com o número de pré-candidatos LGBTQIA+ até o mês que efetivamente ocorreram as eleições. Para a seleção das matérias de análise vamos dar enfoque às transexuais e travestis por entendermos que suas candidaturas representam um forte embate ao conservadorismo presente nas disputas municipais, como já citado anteriormente.

Dentro da comunidade LGBTQIA+, as pessoas representadas pela letra T sofrem exponencialmente mais violências. No Brasil, a expectativa de vida de transexuais e travestis é de 35 anos, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), enquanto a expectativa dos brasileiros, em geral, é de 79 anos. Essa diferença é devido ao alto número de assassinatos desta população. Hoje o Brasil é considerado o país que mais mata transexuais e travestis no mundo. Além disso, ainda segundo a Antra (2020), em 25 estados, foram registradas 294 candidaturas de pessoas trans e travestis pelo Brasil nas eleições de 2020, o que representa um aumento de 226% em relação a 2016, quando houve 89 candidaturas para o pleito. Dos resultados ressalta-se que das 89 candidaturas, apenas 8 foram eleitas, em 2016. Em 2020 este número saltou 275%, atingindo 30 candidaturas eleitas. Os números apontam para a importância da discussão e a relevância do aumento do debate para a ampliação da representatividade política.

O título deste trabalho deixa evidente a relação de ambivalência quando o assunto é a presença ou a representação de pessoas transexuais e travestis nas esferas sociais. Adoração porque as experiências de vida desses corpos são muitas vezes retratadas ou contadas como exemplo de resistência e sobrevivência. Também fazendo uma provocação com o pensamento cristão de endeusamento e modelo de existência. Aberração porque apesar da força mostrada por esses corpos, estes são sempre subjugados, violentados e excluídos dos espaços de decisão ou mesmo de

diálogo social. Ao longo da pesquisa perceberemos como essa relação se dá no jornalismo.

Portanto, este trabalho através das metodologias selecionadas (pesquisa bibliográfica, análise documental e discursiva) busca identificar quais os tipos de discursos foram veiculados pelos portais Globo e Uol em torno das candidaturas transexuais e travestis nas eleições municipais de 2020.

### **1.1. Justificativa**

Através de leituras como os Engenheiros do Caos, de Giuliano Da Empoli, e Amanhã Vai Ser Maior, de Rosana Pinheiro-Machado, percebemos a grande influência que as diversas mídias têm tomado nos últimos tempos para o alcance de resultados positivos nas eleições. Neste trecho peço licença para fazer uso da primeira pessoa do singular. Como homem gay afeminado, ativamente político e militante dos direitos LGBT, estudante de jornalismo, acredito em um jornalismo que valoriza a diversidade e não promove a articulação de poderes que cerceiam liberdades e direitos individuais e de grupos.

O trabalho busca contribuir no campo científico com a produção de conhecimento acerca dos papéis midiáticos em períodos eleitorais. Também instiga um olhar crítico às narrativas jornalísticas que pautam o grupo LGBTQIA+. Por vezes, as retóricas são construídas com imagens estereotipadas ou estigmatizantes, a partir de uma cultura de sexualidade heterossexual compulsória (BUTLER,1990) existente no país.

A limitação de direitos sociais e ausência na garantia de segurança para as pessoas pertencentes a este grupo social é realidade no país, em partes, devido a baixa representatividade histórica desta fatia social em cargos políticos. Os vários tabus e restrições ideológicas impostas por muitos anos pela cultura de silenciamento de um país majoritariamente cristão, impedia que as pessoas declarassem suas orientações sexuais e, portanto, lutassem abertamente por direitos civis. Os diversos movimentos de discussão de sexualidade, como a Parada do Orgulho, e as quebras de algumas barreiras estruturais fez com que saltassem de 15 pré-candidaturas declaradamente LGBTQIA+, com nenhum candidato eleito, em 1996, para mais de 500 pré-candidaturas com quase 80 candidaturas eleitas em cargos titulares em 2020 (Aliança LGBTI, 2020). Além de nos últimos anos terem sido efetivados direitos como:

união civil reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2013, e criminalização da homotransfobia, pelo Supremo Tribunal Federal, em 2019.

Ao entender que o intuito deste trabalho é “auxiliar na ampliação do conhecimento teórico já existente, ou preencher lacunas detectadas no conhecimento da área, ou ajudar na compreensão de conceitos teóricos complexos” (SANTAELLA, 2001, p. 173), buscar as referências e produções já existentes se torna essencial para atingir este objetivo. Como processo de pesquisa para mapear o panorama dos estudos relacionados presentes no campo científico, realizamos a busca dos termos tidos como palavras-chave em dois repositórios: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Google Acadêmico.

Sendo assim, os termos pesquisados foram: **representação política lgbt; representação política jornalismo lgbt; eleições municipais e jornalismo lgbt; jornalismo lgbt política; heteronormatividade; transexuais e travestis**<sup>6</sup>. A quantidade de trabalhos obtidas como resultados constam na tabela abaixo.

Tabela 1 - Pesquisa de palavras-chave no BDTD/IBICT e Google Acadêmico

TERMO	BDTD	GOOGLE ACADÊMICO
representação política lgbt	16	15800
representação política jornalismo lgbt	3	6740
eleições municipais e jornalismo lgbt	0	1390
jornalismo lgbt política	11	7400
heteronormatividade	239	20500
transexuais	605	29100
travestis	416	55000

Fonte: elaboração do autor

Na tentativa de diminuir a quantidade de trabalhos localizados no Google Acadêmico, adicionamos o filtro de tempo para os trabalhos publicados entre 2019 e 2021, visto que o presente trabalho trata especificamente das eleições em 2020. Portanto, presumimos que não haveria trabalhos relacionados em períodos anteriores

<sup>6</sup> Para as buscas utilizamos a sigla LGBT ao invés de LGBTQIA+ porque a sigla atualizou-se para esta versão recentemente, portanto sendo ainda pouco utilizada. Logo, com o intuito de ampliar o filtro e aumentar as probabilidades de resultados compatíveis, optamos pela versão antiga da sigla.

a este tempo. Apesar disso, os resultados encontrados continuaram em números estratosféricos, como mostramos na tabela abaixo:

Tabela 2 - Pesquisa de palavras-chave no Google Acadêmico com filtro de tempo

TERMO	GOOGLE ACADÊMICO
representação política lgbt	8590
representação política jornalismo lgbt	2880
eleições municipais e jornalismo lgbt	582
jornalismo lgbt política	3050
heteronormatividade	9170
transexuais	9940
travestis	13700

Fonte: elaboração do autor

Deste modo, escolhemos trabalhar apenas com as dissertações e teses encontradas como resultado de busca na BDTD. Filtrando um pouco mais, e através das leituras dos títulos, selecionamos os que mais se aproximavam do tema efetivamente para realizar a leitura de seus resumos e enfim localizar os trabalhos com perspectivas semelhantes no campo da comunicação.

Para a busca do termo **“representação política lgbt”** encontramos duas pesquisas relacionadas, mas apenas uma no campo da comunicação. A tese **“Genealogias Dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)”**<sup>7</sup>, de Tainan Pauli Tomazetti nos ajuda na construção deste trabalho por apresentar um panorama das pesquisas em torno de gênero e teoria *queer* no campo da comunicação e tensioná-las quanto a suas estruturas e construções para contribuição do debate deste assunto no campo científico.

Ao buscarmos e aplicarmos os filtros já descritos para o termo **“jornalismo lgbt política”** encontramos dois trabalhos relacionados no campo da comunicação. Apesar disso, um dos trabalhos faz uma análise do ativismo a partir dos embates com a bancada evangélica e a busca por espaços na mídia online, que entendemos não fazer parte do espectro que pretendemos trabalhar. Portanto descartamos essa

---

<sup>7</sup> Descrição: Genealogias dissidentes : os estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação do Brasil (1972-2015). Disponível em: <[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS\\_fb96bee2ec1b16937337808082b60128](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_fb96bee2ec1b16937337808082b60128)>. Acesso em: 3 mar. 2022.



publicação. Já a dissertação “Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT”, de Gean Oliveira Gonçalves (2017)<sup>8</sup>, ensaia uma compreensão em torno do papel do jornalista (o mediador social) em tecer caminhos de compreensão, de solidariedade e de reconhecimento para com o Outro, em especial com a população LGBT. Acreditamos contribuir para a nossa produção ao pensar a função do jornalismo nos diálogos em torno das pautas de gênero e sexualidade.

Para as demais palavras-chave buscadas, não foram encontrados trabalhos relacionados ao tema desta pesquisa, o que denota um caráter de ineditismo no assunto e enfoque proposto no campo da comunicação e jornalismo.

## 1.2. Problematização

Entendemos **capital político**, a partir da definição apresentada por Gustavo Gomes da Costa Santos (2016) à luz de Bourdieu, um capital de reputação ligado ao fato de ser conhecido e reconhecido pelos eleitores para o sucesso eleitoral.

O jornalismo, através de suas plataformas, produz e veicula conteúdos o tempo todo para diversos públicos. Através dos estudos de discurso de Mayra Gomes (2000), sabemos que as palavras têm o poder de organizar as relações de poder vigentes na sociedade. Logo, os sites de notícias através das suas modalidades de alcance e credibilidade, já instituída pelo poder vigente, podem ser entendidos como espaço político ideal para ampliar personalidades a depender das narrativas construídas. Por reconhecer o poder de influência da comunicação, os tempos de exposição nacional e local dos partidos são cronometrados e definidos antes do início das campanhas. Contudo, seriam suficientes estas publicações para desenvolver o capital político necessário para ganhar uma eleição?

No Brasil, possuímos a maior Parada do Orgulho do mundo. Anualmente desfilam pela Avenida Paulista, no domingo do evento, milhões de pessoas em prol dos direitos LGBTQIA+. Apesar disto, o presidente elegeu-se na esteira de discursos de ódio contra populações de grupos de minoria. O que nos leva a questionar se esse capital político, supostamente desenvolvido pela/para comunidade LGBTQIA+

---

<sup>8</sup> Descrição: Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. Disponível em: <[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP\\_d6b76f3a018e5910c9620c1a74e477ac](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_d6b76f3a018e5910c9620c1a74e477ac)>. Acesso em: 3 mar. 2022.

realmente funciona na vida social cotidiana como forma de influenciar eleitores e movimentações políticas. Neste sentido, a pesquisa questiona: **Quais os tipos de discursos veiculados pelos sites Globo e Uol em torno das candidaturas transexuais e travestis nas eleições municipais de 2020?**

Para responder esta questão temos como objetivos caracterizar as estratégias discursivas utilizadas por estes portais para referir-se a essas candidaturas; mapear e analisar a presença da cisheteronormatividade nos discursos jornalísticos; identificar o lugar discursivo designado por estes portais para estas candidaturas; e, por fim, analisar como os portais representam as candidaturas de transexuais e travestis na corrida eleitoral de 2020.

Além desta introdução, a monografia está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 2 fazemos o resgate teórico e histórico do tema do trabalho. Buscamos entender as vivências transexuais e travestis no Brasil e no mundo, lembramos a história do movimento LGBTQIA+ e das lutas identitárias, relacionamos conceitos do campo político brasileiro e percebemos a realidade de candidaturas transexuais frente aos eleitores, ainda analisamos o perfil de candidatos eleitos através do tempo no Brasil e a importância da representatividade na operação de políticas públicas diversas e, por fim, onde e como o jornalismo se localiza nas dinâmicas políticas do país. No capítulo 3 apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa e a análise das reportagens, que é a efetiva contribuição deste trabalho na produção de conteúdo para o campo científico. Nele, além de contrastar a teoria com a prática jornalística, chegamos a respostas e perguntas sobre as relações entre a arena política de decisões, as expressões de gênero e o trabalho jornalístico. O quarto, e último capítulo, reservamos à recuperação dos principais questionamentos e considerações sobre os resultados da pesquisa.

## **2.DA SIGLA, PASSANDO PELA ARENA DE PODER ATÉ O JORNALISMO: TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA HISTÓRIA**

Apresentaremos as discussões do referencial teórico deste trabalho através de tópicos temáticos, na tentativa de abarcar algumas das diferentes linhas de construção possíveis para entender o universo LGBTQIA+ e suas dimensões nos campos político e jornalístico. Serão eles: a) sopa de letrinhas, onde faremos um resgate da história do movimento LGBTQIA+ no Brasil com explicação das letras que compõe a sigla e suas atualizações; b) T de torpe, para identificarmos quem são as pessoas que se reconhecem através desta letra, e analisar as especificidades e particularidades da experiência transexual e travesti no país; c) a arena de decisões, onde analisaremos o campo político brasileiro e a trajetória do movimento dentro dele; d) O "véio da lancha" não me representa, para discutirmos a diferença semântica e conceitual destes termos e contrastar com as candidaturas efetivamente LGBTQIA+ e suas atuações. e) o jornalismo edifica?, onde iremos debater sobre a atuação de um jornalismo que reproduz as estruturas sociais preconceituosas em relação a gênero.

Entendemos discurso ao longo deste trabalho a partir da apresentação feita por Eni Orlandi (2005) que considera o discurso como um objeto de análise que engloba a linguagem, considerando sua presença em dado momento da história e sendo produzida por um sujeito específico, que resulta em efeitos de sentido diversos. É da compreensão que o discurso não é tão somente um texto ou uma fala, menos ainda uma mensagem enviada diretamente a um receptor, mas para além da língua nua e crua, o discurso carrega consigo o homem em seu percurso, com suas subjetividades e ideologias, o sujeito em movimento na história. As análises trabalham em confluência com a relação língua, discurso e ideologia interpretados por Orlandi (2005) como essenciais para a construção dos objetos de análise.

### **2.1 Sopa de letrinhas**

A existência de pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diferentes da cisheteronormativa não é novidade nem entre os humanos, nem em outros seres vivos. Os primeiros registros de homossexualidade datam de 1200 a.C e desde então, diversos historiadores afirmam que as civilizações aceitavam a diversidade. Apesar disso, no século XIII há o primeiro código penal contra a

homossexualidade no Império de Gengis Khan, punindo a sodomia com morte. A Inglaterra, sob influência da Inquisição da Igreja Católica, e a Coroa de Portugal criam legislações com o mesmo objetivo nos anos 1500. Contudo, a luta pelos direitos de reconhecimento das identidades e orientações diversas têm acentuação no século XIX, quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos (FOUCAULT, 1998) resultando em preconceitos e exclusões sociais ainda mais fortes, tema que será tratado com mais profundidade ao longo do trabalho.

Estudiosos e ativistas do movimento LGBT consideram o marco zero da luta contemporânea a Revolta de *Stonewall*, acontecida em 1969, em Nova Iorque. Um deles, o historiador David Carter (2004) destaca que um resultado direto de *Stonewall* foi a criação de dois grupos que desempenharam um papel importante na história do movimento LGBT: o *Gay Liberation Front* (GLF) e o *Gay Activists Alliance* (GAA). Ressaltamos que até os anos 1960, as relações entre pessoas do mesmo sexo eram ilegais em todos os estados do país norte-americano - até apertos de mão e danças eram proibidos. Bares e clubes eram um refúgio para as pessoas da comunidade, já que nestes espaços era possível se expressar e socializar livremente. *Stonewall Inn*, à época da revolta, era o único bar abertamente gay<sup>9</sup> em toda a cidade de Nova Iorque. Para manter tal negócio, a Família Genovese – mafiosos proprietários do local – pagavam semanalmente uma alta propina à polícia nova-iorquina. Todavia, o bar não tinha licença para comercializar bebidas alcoólicas, não tinha saídas de emergência e não correspondia às exigências sanitárias legais. A polícia rotineiramente promovia batidas e revistas humilhantes em bares gays de Nova Iorque. Com o esforço de ativistas da causa, em 1966, esta legislação deixou de ser aplicada, mas as inspeções policiais continuavam a ocorrer.

Em 28 de junho de 1969, a polícia de Nova Iorque tinha um mandado para fazer a inspeção do *Stonewall Inn*. Desta vez, os donos do bar não foram avisados (um dos acordos pela propina era que fossem comunicados das inspeções no local). Quando a polícia chegou, prendeu treze pessoas, desde funcionários a frequentadores do bar. Por conta do tratamento agressivo dos policiais, alguns membros da comunidade que estavam do lado de fora do bar e outras pessoas foram se juntando no local, mas desta vez as pessoas não se dispersaram como costumava ocorrer durante as ações

---

<sup>9</sup> Aproveitamos para destacar aqui que ao fazer esse resgate histórico, ao utilizarmos o termo gay e homossexualidade, estamos nos referindo a toda a comunidade, que à época, era entendida apenas por estes termos.

policiais. Em pouquíssimo tempo, a rebelião começou, a polícia teve de se proteger dentro do bar e os manifestantes continuaram até outros policiais e bombeiros chegarem ao local. Depois deste episódio, manifestações nos arredores da cidade ocorreram por cinco dias e envolveram milhares de pessoas. Inclusive, devido a importância deste ato é comemorado mundialmente em 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBT.

No Brasil, o cenário de ditadura militar imposta ao país desde 1964 atrasou as movimentações políticas organizadas voltadas para a Libertação Sexual e de Gênero. Como dissemos na abertura deste trabalho, a perseguição sofrida por pessoas LGBTQIA+ pelos líderes militares era intensa. Em meio a protestos pela democracia, surge em 1978 o "Somos" - Grupo de Afirmação Homossexual, primeiro grupo organizado pela luta de direitos LGBT no Brasil. O nome, vale destacar, fazia referência a um boletim da Frente de Liberação Homossexual existente na Argentina (TREVISAN, 2018). Com uma proposta diferente, por dissociar a pauta gay das polaridades políticas entre socialismo e ditadura, a ideia inicialmente não recebeu apreço por outros movimentos sociais da época nem pelos próprios gays. Por definição, o grupo não possuía local próprio para encontros<sup>10</sup> nem uma diretoria representativa na tentativa de não centralizar as discussões e manter o pilar democrático de ouvir e valorizar a opinião de todos. Sendo assim, os encontros e reuniões aconteciam nas casas dos membros. Foi apenas em 1979, após o célebre debate público na faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, que o grupo conseguiu articular-se efetivamente para iniciar as atividades.

Nesse momento acontece a entrada de representantes lésbicas, para o grupo, que até então contava apenas com homens como membros. A atuação das mulheres foi fundamental para a atualização de diversos princípios machistas adotados pelos homens gays nas articulações do movimento. A presença e a demanda levantada pelas lésbicas-feministas eram recebidas bem por uns, mas nem tanto por outros que se sentiam julgados e menosprezados pelas críticas das mulheres. As discrepâncias nos objetivos e necessidades dos grupos, fez com que um ano depois as Lésbicas se separassem e formassem o GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista). O "Somos" enfrentou diversas batalhas até sua derrocada 10 anos depois da fundação. Os

---

<sup>10</sup> Fazemos constar que apesar disso, manter um local fixo para reuniões de gays para discutir frentes de luta nesta pauta também poderia representar perigo ao grupo devido à repressão da ditadura militar.

motivos que levaram ao encerramento do grupo variam de acordo com os depoimentos dos ex-integrantes<sup>11</sup>, mas todos lembram que as diversas fragmentações, seja por posicionamentos ideológicos quanto a partidização do grupo, seja pelas entradas e saídas de novas letras, colaboraram para o enfraquecimento do ideal primário, resultando na dissolução do grupo.

Apesar das articulações do "Somos", podemos considerar que o "*Stonewall*" brasileiro acontece apenas em 13 de junho de 1980 (CAMARGOS, 2018), em um ato convocado em união pelos movimentos negro, homossexual e feminista. O protesto era contra uma onda de prisões arbitrárias de homossexuais, travestis e prostitutas que vinham sendo realizadas pelo delegado Richetti, no centro de São Paulo: uma operação que consistia, basicamente, em uma higienização social. O ato contou com cerca de mil pessoas e finalizou com uma passeata. Liderada pelas lésbicas com faixas dizendo "Pelo prazer lésbico" e "contra a violência policial", esta foi a primeira passeata LGBT de São Paulo (FERNANDES, 2018).

Durante esse período o jornalismo também se fez presente e teve papel fundamental na divulgação de informações sobre a "comunidade homossexual" no Brasil através da mídia alternativa. O jornal *Lampião da Esquina* circulou edições entre 1978 e 1981, inspirado nas publicações do periódico americano *Gay Sunshine*. O *Lampião da Esquina* circulava de maneira clandestina devido ao período de repressão da ditadura militar no país. Inicialmente tinha o intuito de retirar gays da marginalização social, e suas publicações tratavam questões de enfrentamento político, mas também reportava a formação de grupos ativistas, conteúdos de cultura criados e desenvolvidos por pessoas da comunidade, entre outros. Nomes relevantes ainda hoje tiveram materiais publicados no tabloide à época, tais como Cassandra Rios, Ney Matogrosso e Aguinaldo Silva. Em suas fases finais o *Lampião da Esquina* passou a trazer conteúdos mais ousados, como mapas de pegação no centro de São Paulo e até ensaios sensuais.

Contudo, a Primeira Parada LGBT no Brasil aconteceu em 1995, no Rio de Janeiro, após um encontro da ILGA (*International Lesbian and Gay Association*), com uma marcha em Copacabana com cerca de 3500 pessoas. Em 1997, é quando

---

<sup>11</sup> Sabemos das dificuldades em conservar materiais históricos de culturas no Brasil, principalmente quando falamos em grupos de minorias que frequentemente eram atacados pelas forças militares, por isso não há como definir com precisão um lado certo ou errado. Sendo assim, aconselhamos a leitura de alguns relatos presentes no livro "A História do Movimento LGBT no Brasil" (2018), uma reunião de artigos que contam os 40 anos do movimento no país.

efetivamente ocorre o que conhecemos hoje como a Primeira Parada LGBT de São Paulo (na época, ainda parada GLT). Com receio, sem a gigante estrutura que vemos atualmente numa das maiores avenidas do centro de São Paulo -a Paulista-, sem autorização dos órgãos públicos, a comunidade LGBT reuniu-se no começo da avenida e saiu em caminhada à Praça Roosevelt. Em entrevista ao canal no YouTube Põe na Roda (2020)<sup>12</sup>, importantes figuras que participaram da Parada em 1997, como Kaká Di Polly, Silvetty Montilla, Adriana Arco-Íris e Paula Beatriz de Souza, relembrou as ameaças da polícia para impedir a caminhada pela avenida, os preconceitos vividos e os ataques sofridos ao afirmarem suas identidades sexuais e de gênero à época. Além de analisarem as diferenças entre o movimento na primeira e a atual parada, que conta com patrocínios de grandes marcas e uma luxuosa estrutura de carros, seguranças e artistas.

As movimentações da comunidade, seja pelas paradas ou por representações em partidos políticos, sempre receberam críticas de pessoas de dentro e fora da comunidade. Todavia, é necessário ressaltar um aspecto que diferencia a Parada do Orgulho do Brasil de outras que ocorrem ao redor do mundo: ela é a única que desde o início não impõe uma diferenciação física entre aqueles que assistem e aqueles que participam, conforme explica Moacir Lopes de Camargos:

Já em diversos países há uma grade de ferro que separa os participantes do povo que olha, ou seja, a Parada torna-se um espetáculo para ser visto. [...] No Brasil, o signo Parada Gay adquire outra conotação, ou seja, podemos afirmar que ele subverte, sai da esfera social da ideologia dominante e carnaliza em pleno dia, provoca riso (CAMARGOS, 2018, p. 427-428).

O aspecto carnavalesco que mistura a festa e o protesto é mal interpretado por muitos que não percebem o cunho político essencial para este tipo de movimentação. Expressar-se livremente naquele momento é uma forma de reivindicar reconhecimento de existência por outros setores da sociedade. E a Parada carregou isso em seu primeiro tema: “Em todos os lugares, em todas as profissões”. Emoli ao falar sobre populismo e comunicação na política destaca as características da festa:

desde a Idade Média, o Carnaval é a ocasião para o povo derrubar, de forma simbólica e por um tempo determinado, todas as hierarquias instituídas entre o poder e os dominados, entre o nobre e o trivial, entre o alto e o baixo, entre o refinado e o vulgar, entre o sagrado e o profano. Nesse clima, os loucos viram

---

<sup>12</sup> PÕE NA RODA. Como aconteceu a 1ª Parada LGBT de São Paulo em 1997? - Põe Na Roda. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bwFpN1zqdYg>>. Acesso em: 24 Aug. 2021.

sábios, os reis, mendigos, e a realidade se confunde com a fantasia. [...]Não se deve, portanto, estranhar que a fronteira entre a dimensão lúdica e a dimensão política do Carnaval sempre tenha sido, em essência, frágil. (EMPOLI, 2020, p.12).

Como destacamos em diversos pontos neste trabalho, a sigla que representa a comunidade LGBTQIA+ sofreu diversas alterações conforme avançaram-se as discussões em torno das expressões de gênero e sexualidade no país, com o objetivo de tornar-se cada vez mais inclusiva e representativa. Podemos ver um resumo das atualizações na tabela abaixo:

Tabela 3 - Transformações na sigla da identidade

1970- 1990	1992	1995-1997	2003-2005	2008	2018
Movimento Homossexual Brasileiro - <b>MHB</b>	Movimento de Gays e Lésbicas - <b>MGL</b>	Gays, Lésbicas e Travestis / Gays, Lésbicas e Simpatizantes - <b>GLT / GLS</b>	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros - <b>GLBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros - <b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais e outras possibilidades - <b>LGBTQIA+</b>

Fonte: (MARCIANO, 2021)

A sigla hodiernamente abraça inúmeras identidades de gênero e entendimentos de sexualidade. A inclusão do sinal de mais (+), apesar de não se referir diretamente a uma sexualidade, tem como objetivo lembrar-nos que não paramos nas letras que o antecedem. Temos várias outras expressões porque cada indivíduo experimenta a sexualidade e o gênero da sua forma, a partir das suas condições de vida e experiências sociais. Portanto, este trabalho não seria suficiente para conseguir discutir sobre todas as expressões e subjetividades presentes na sigla. Tendo este conhecimento, focaremos a discussão e as análises de candidaturas no período eleitoral de 2020 no Brasil em uma letra específica: a letra T, que representa as identidades transexuais e travestis.

### 2.1.1T de torpe



*“[...]Não há o que comemorar repetimos a cada ano e as nossas vozes não ecoam aonde deveria chegar. Estamos à mercê de nós mesmas. Quem chora por nós? Quem vai contribuir com a vaquinha pra enterrar mais uma? pra que não seja enterrada como indigente, sim porque abjeta já somos, a sociedade já nos cunhou esse adjetivo[...]”<sup>13</sup>*

*Keila Simpson*

A experiência de vida transexual e travesti no Brasil é marcada por preconceitos, desumanização e violências. De acordo com o Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras de 2020 (ANTRA, 2021), o Brasil é o país que mais mata essas pessoas no mundo. Apenas em 2020, 175 assassinatos foram contabilizados pela associação, segundo maior número desde o início da contagem em 2008. E em 2021, apenas no primeiro semestre foram contabilizadas 89 mortes, indicando que o número pode ser ainda maior neste ano. Cabe ressaltar que estes números provavelmente sejam ínfimos diante da realidade do país, pois apenas são registrados pelo dossiê casos reportados em noticiários ou informados por pessoas próximas às vítimas diretamente à associação ou grupos aliados. Não há no Brasil políticas públicas que tipifiquem e organizem estes dados, o que dificulta o planejamento de ações para combater esses crimes. O relatório de 2020, por exemplo, apenas encontrou dados sobre mortes de mulheres trans e travestis, não houve dados reportados de assassinatos de homens trans ou pessoas transmasculinas. Além da falta de dados, este fato também demonstra o fator de gênero como indicador destas mortes.

À luz de Butler(1990), Bento(2008, p.20) explica que

transexualidade, travestilidade e transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero, uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos (BUTLER, 1990 apud BENTO, 2008, p. 20).

A ideia de sistema binário de gêneros, masculino e feminino, propõe entender que a identidade de gênero está intrinsecamente ligada ao sexo e compreende um padrão/norma de comportamento aos sujeitos. Existe uma expectativa

---

<sup>13</sup> Trecho de um texto escrito por Keila Simpson, presidente da ANTRA, e publicado em 2018 na abertura do site da associação.

cisheteronormativa quanto a performance social de cada gênero. Por exemplo, a partir da “natureza biológica”, determina-se que é natural que o sujeito utilize uma roupa e não outra, apaixone-se por uma pessoa e não outra ou demonstre emoções de uma forma e não outra. A transexualidade, portanto, é entendida de maneira geral como um distúrbio ou uma enfermidade justamente por não atender às expectativas impostas por essa cultura cisheteronormativa, que tem a genitália como fator definidor da essência do ser. Porém, esse entendimento (BENTO,2008) data do século 20, quando a medicina e as ciências da área psi, psicologia, psiquiatria e psicanálise, passaram a ser consideradas como exclusivas para o entendimento do que faz pessoas de determinados sexos biológicos, solicitarem reconhecimento por outro sexo anos após seu nascimento. Se entendemos que a neutralidade e objetividade da ciência é o fator que designa autoridade à essa classe para definir transexualidade, precisamos refletir como, na prática, esses profissionais definem o “transtorno de gênero”.

Numa perspectiva ainda mais contemporânea, Louro (2014) ao explicar gênero, faz um importante destaque à necessidade de levarmos em consideração formulações outras dos Estudos Feministas e Estudos Culturais que pensam os sujeitos como dotados de identidades plurais e múltiplas que se transformam e contradizem a si mesmas. Compreendem o gênero para além do desempenho de papéis sociais, mas como constitutivo do sujeito e das próprias instituições sociais.

Bento (2008) dedica um capítulo de sua obra para tratar sobre as normas “técnicas” que guiam o trabalho médico ao redor do mundo nas definições e diagnósticos da transexualidade. Após analisar os indicadores oferecidos como ferramentas de diagnóstico pelas normativas DSM-IV (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) e ICD-10 (*International Classification of Diseases*), a autora constata que não há qualquer exame clínico ou disfunção biológica que trace um caminho direto a um diagnóstico específico para o “transtorno” da identidade de gênero. Pelo contrário, as normativas tratam de descrever padrões de comportamento esperados para determinados corpos. Ou seja, voltamos às normas de gênero que, na verdade, são acordos e conceitos sociais e culturais que inclusive transformam-se ao longo do tempo<sup>14</sup>. A suposta neutralidade e objetividade científica, quando o

---

<sup>14</sup> Sugerimos a leitura de Elias Ferreira Veras (2018) que reflete sobre a performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico a partir da análise do ensaio erótico de Roberta Close para a revista Playboy em 1984.

assunto é transexualidade, dá lugar a “um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros prisioneiros à diferença sexual” (BENTO, 2008, p.111).

Faz-se importante compreendermos que este não é um posicionamento uníssono de todos os profissionais e autoridades da área das ciências psi. Pelo contrário, há um tempo tornou-se narrativa em disputa no campo. Por causa disso, o Conselho Federal de Psicologia editou uma resolução, em 2018, que passou a vetar a ação dos profissionais guiados por ele, em divulgação, promoção ou efetiva realização de terapias de reversão de orientação sexual ou identidade de gênero. A Resolução 01/2018 utilizou como base, principalmente, as premissas fundamentais de direitos e dignidade humana e o código de ética da profissão. No artigo 7º o documento é categórico ao determinar que “as psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis”. Sendo assim, profissionais que porventura descumpram a resolução podem enfrentar processos dentro do Conselho por falta de ética no exercício da profissão.

Na mesma linha desta resolução, a Organização Mundial da Saúde durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, ocorrida em Genebra, em maio de 2019, oficializou a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Esta nova classificação, porém, passa a vigorar apenas em janeiro de 2022. Apesar de deixar de ser considerada como patologia, a transexualidade é classificada no CID-11 como “incongruência de gênero”. É um avanço, sem dúvidas, mas a nova classificação demonstra ainda haver o reforço da cisheteronorma descrita anteriormente.

Contudo, as violências não ficam apenas no campo discursivo, nem tão somente no campo médico e científico. Pessoas trans são submetidas a violências jurídicas e legislativas, com a não garantia de direitos básicos. A validação do acesso e permanência de pessoas trans a diferentes espaços e serviços sociais públicos demoraram a acontecer no Brasil. Apenas em 2015 o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais editou um texto para definir parâmetros para utilização de nome social nas redes de ensino. Porém, somente três anos depois, em 2018, o Ministério da Educação publicou uma resolução que autoriza o uso do nome social nos registros escolares da Educação Básica. É em 2014 que começam a aparecer dados de pessoas trans no

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois é somente neste ano - dezesseis anos após a realização do primeiro exame - que os candidatos puderam utilizar o nome social. Na área da Saúde, em 2013 o Ministério da Saúde permite que o nome social seja utilizado nas carteiras do Sistema Único de Saúde.

A garantia da utilização do nome social nas diferentes esferas públicas é importante não somente como forma de humanização destes corpos e preservação de seus direitos básicos de existência e convívio em sociedade, mas também como forma de mensurar dados. Por exemplo, em 2020, de acordo com a coluna Gênero e Número, do jornal Carta Capital (2021) houve um aumento de 450% nos candidatos que fizeram uso do nome social no ENEM em comparação ao ano anterior. A partir disso, pode-se verificar que mais pessoas trans estão tendo acesso à educação e conseguindo chegar ao fim do Ensino Médio para realizar o exame. Ao passo que com este mesmo dado pode-se pensar em políticas que colaborem para que estas pessoas consigam continuar os estudos e manter-se nas graduações.

Citamos exemplos do campo educacional, pois a escola é um importante espaço de análise das produções sociais tanto de políticas reparadoras, como de reprodução de estigmas. O próprio DSM-IV vê no período escolar um marco temporal crítico do aparecimento de sinais da patologia da disforia de gênero. E explica-se, pois a escola (BENTO,2008) é uma instituição social central na manutenção das normas de gênero e difusão da heterossexualidade como premissa natural do ser. Logo, as políticas ali implementadas corroboram para a exclusão e estigmatização de pessoas fora da norma. A série Segunda Chamada (2019), disponível no canal de *streaming* Globoplay, mostra o drama de alunos de uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos) de uma escola pública, num bairro pobre, para se formar. Uma das personagens é a travesti Natasha, interpretada pela atriz e cantora também travesti Linn da Quebrada, que abandonou os estudos quando mais nova devido aos diversos ataques transfóbicos que sofria no ambiente escolar. Ao longo da série, cenas mostram diferentes violências sofridas pela personagem: impedimento de usar o banheiro do seu gênero, ataque em transporte público, zombaria por colegas de instituição, dentre outras. São tais práticas de intolerância e violências cotidianas que levam pessoas trans e travestis a serem excluídas do espaço educacional.

A exclusão do espaço educacional e a constante manutenção das imagens de transexuais e travestis à experiências policiais, criminais e de prostituição tanto pelo Estado como pela imprensa (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018; CATELAN,2021) tiram

destes corpos a possibilidade de sentir-se pertencente ou representados em algum âmbito social e, podem resultar, em alguma medida, no suicídio trans. Além disso, impedem o acesso de pessoas trans ao mercado de trabalho, que por não terem formação (foram excluídas da escola) e nem atenderem às expectativas sociais às imagens de humano (corpo-sexo-gênero)<sup>15</sup>, não são contratadas para serviços outros que não às escuras e longe do teatro do "cistema"<sup>16</sup> de poder - na prostituição.

Ao falar sobre "cistema" de poder, retomamos a discussão que fazíamos sobre a sexualidade como ferramenta de controle social, mas também como produto de um discurso. Podemos dizer que este é um entendimento que já havia sido previsto por Foucault (1987) ao desenvolver o conceito de "biopoder" e pensar nas regras e determinações que estariam sendo impostas socialmente sobre os corpos dos sujeitos, definindo locais e validações sociais diferentes para cada um. Estando numa sociedade capitalista e democrática é necessário reconhecer a força do Estado na operacionalização destas regras e no desenvolvimento de políticas que sustentam ou combatem a norma vigente.

## **2.2.A arena de decisões**

O contexto político em que aconteceu as eleições municipais de 2020 foi marcado por uma extrema polarização da população brasileira decorrente dos fortes discursos em ascensão desde 2016, no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, e que foram atenuados no pleito eleitoral de 2018, que culminou na eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro. Candidato da extrema direita, o presidente ganhou as eleições com discursos anti-corrupção, a favor do armamento e com duros ataques a pautas identitárias historicamente marginalizadas no Brasil, como machismo, racismo e lgbtphobia. Além de não participar de debates tradicionais transmitidos por emissoras de rádio e tv, Bolsonaro utilizava as redes sociais para interagir com seus eleitores, disseminar ódio e medo, tornando-se assim um dos casos mais emblemáticos do uso de redes sociais em eleições no país. Um formato de

---

<sup>15</sup> Essa concepção de humano vista como norma na sociedade é o que chamamos cisgenderidade. As pessoas cisgênero são as que atendem à demandas que conectam a genitália, os padrões sociais de comportamento (vestimentas, tom de voz, posicionamentos,etc) e a sexualidade dos indivíduos.

<sup>16</sup> Utilizamos aqui este neologismo como figura de linguagem para demonstrar que dadas as circunstâncias e ferramentas operadas pelo sistema, como exemplificado e explicado ao longo de todo o tópico, este é por norma cisgênero. Portanto, não contempla como sujeitos dignos de humanidade e direitos, pessoas transexuais e travestis.

campanha atípico para a democracia brasileira, mas que já estava ocorrendo em países como Itália, Reino Unido e Estados Unidos por atores políticos chamados por Giuliano da Empoli (2018) como engenheiros do caos.

Além disso, devido ao estado de crise sanitária mundial por causa do coronavírus, diversas alterações foram realizadas em todo o sistema funcional das eleições municipais de 2020, desde as formas e períodos de campanhas até o prolongamento dos horários de votação nos dias das eleições. A pandemia, as alterações e o forte sentimento de descrença dos brasileiros na arte da política resultaram em um número recorde de abstenções de voto, seja pelo não comparecimento ou pelos votos brancos e nulos.

O Tribunal Superior Eleitoral divulgou os dados eleitorais do pleito de 2020 e constatamos que além do número de eleitores que compareceram às urnas terem caído em comparação com 2016, desceu de 118,7 milhões (82,4%) para 113,6 milhões (76,8%) de eleitores, a quantidade de abstenções aumentou de 25,3 milhões (17,5%) para 34,2 milhões (23,15%) em 2020. O número torna-se ainda mais preocupante quando aproximamos de algumas cidades específicas em que a soma de abstenções, votos brancos e nulos ultrapassam a quantidade de eleitores com votos válidos, como no Rio de Janeiro. Nessa capital, 2,2 milhões de eleitores não exerceram o direito ao voto, contra 2,1 milhões que foram às urnas e escolheram um candidato. Em tempos não-pandêmicos e de maneira geral, abstenções e não comparecimento de eleitores pode ser lidos como dificuldades das figuras políticas em realizar o recrutamento eleitoral, ou seja, adaptarem-se às condições do campo político que viabilizariam suas candidaturas.

Bourdieu (1989 apud COSTA, 2016) ao tentar mapear as características do jogo político, entende que o campo político possui suas próprias normas e em certa medida, uma independência em relação a outras esferas da vida como econômica e social. Porém, o próprio autor analisa que o campo político não consegue descolar-se completamente desses setores, pois ele depende deles para manter vivo o jogo político-institucional da democracia contemporânea nas recorrentes eleições. Nas eleições municipais, principalmente, pois devido a proximidade física e geográfica dos eleitores com os candidatos, o conhecimento pessoal do candidato em relação ao contexto e a vida da população podem ser peças fundamentais para o desenvolvimento do capital político.

A figura do político profissional é central, segundo Bourdieu, na definição das fronteiras do campo político e no estabelecimento dos recursos (definidos por ele como capital) que possibilitam aos “novatos” tanto o acesso ao campo quanto a sua sobrevivência nele. (COSTA, 2016, p.151).

No Brasil, apesar de termos um índice alto de eleições de candidatos novos no campo político no período pós-redemocratização quando comparados a outros sistemas eleitorais, como dos Estados Unidos, as figuras políticas frequentemente eleitas fazem parte de grupos muito específicos da sociedade. Em sua maioria, homens cisgêneros, heterossexuais, brancos, de classe socioeconômica média ou alta, e bom nível de escolaridade. Duas podem ser as justificativas para o destaque destas figuras em carreiras eleitorais, sendo que uma não anula a existência da outra: primeiro, as estruturas que compõe a sociedade e o campo eleitoral e político colaboram com tempo e aporte financeiro para que suas candidaturas aconteçam; segundo, o sistema eleitoral, enquanto organizador da distribuição de recursos, regularizador de publicidades e patrocínios, é falho em reparar desigualdades sociais existentes no país.

Até as eleições municipais de 2016, os vereadores e prefeitos eram eleitos por um sistema proporcional de lista aberta que permitia a composição de coligações. Através deste modo de funcionamento, os votos das urnas eram computados para os partidos de coligação do candidato escolhido e após a apuração dos votos era distribuído proporcionalmente à porcentagem de votos, o número de cadeiras que aquela coligação teria direito a ocupar no Legislativo Municipal. Contudo, percebeu-se que este formato de eleições acabava por diminuir o poder de decisão dos eleitores, que podiam (sem saber) abrir espaço para candidaturas que ideologicamente não os representavam. Portanto, a partir das eleições de 2020, o TSE proibiu as coligações partidárias nas candidaturas para cargos proporcionais, na tentativa de aumentar a representatividade efetiva da população nas Câmaras<sup>17</sup>.

Não obstante, outros fatores, além do sistema eleitoral característico das instituições democráticas, são formadores e catalisadores de capital político-eleitoral o campo da economia e da comunicação. Bourdieu (1989) reconhece que o viés

---

17 Cabe um destaque aqui. Atualmente o país aprovou legislação que prevê as Federações partidárias. Esse mecanismo, incentiva as alianças entre partidos, na tentativa de diminuir a quantidade de siglas existentes no país, ao passo que também sustenta essa aliança que se estende do âmbito nacional ao local. Sustenta porque não permite que a aliança seja desfeita após pleitos eleitorais. Os partidos em federação deverão atuar conjuntamente pelos próximos quatro anos até a próxima eleição. Isso significa que nas eleições de 2022 os partidos que formarem federação, estarão juntos para disputar os pleitos locais em 2024. (RIBEIRO, 2022,s/p.)

econômico e comunicativo é também importante ferramenta para a viabilidade nas disputas no campo político. O autor ressalta a participação da mídia na realização do campo político e ainda na distribuição de capital político. Timothy E. Cook (2011), ao analisar o jornalismo político como uma instituição social “independente”, afirma que além da mídia atuar com alocações implícitas de valor nas suas rotinas de produção, ela também pode atribuir relevância a determinadas figuras políticas e/ou reafirmar autoridades.

Neste momento, voltamos às mídias sociais de Bolsonaro em 2018, e o fenômeno das *fake news* que turbinaram os discursos naquele pleito e abriram portas e possibilidades de comunicação antes inimagináveis para a política brasileira. O crescimento da presença dos eleitores no campo digital levou a Revista Tema (2014) a discutir o impacto das mídias nas eleições presidenciais de 2014. Os dados coletados pela revista mostraram que 50% dos eleitores declararam possuir perfil ativo em alguma rede social e consumir conteúdo relacionado às eleições através dela. Especificamente em 2020, a situação de pandemia, diminuiu o número de congressos, viagens e comícios políticos presenciais fazendo com que o próprio TSE aumentasse sua presença nas redes com informações sobre o novo processo eleitoral. O Tribunal divulgou, em janeiro de 2021, que o número de seguidores em suas redes triplicou entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021.

Diante disso, podemos compreender a ampliação do poder de persuasão da internet sobre a vida das pessoas. Pinheiro-Machado (2019) mostra que Bolsonaro começa um movimento de aumento de popularidade desde 2010, mas com notório destaque em 2014, quando ele viraliza com diversos memes na internet de suas polêmicas declarações, tornando-se um fenômeno midiático. A autora explica que:

A estratégia, tão utilizada por Bolsonaro pelo menos desde 2010 (muito antes de ele começar a imitar Trump), é simples: você fala qualquer aberração na mídia - aquilo que ninguém tem coragem de dizer. Toda a imprensa se voltará para você, que conquistará um lugar na memória das pessoas, em especial porque isso terá eco no ressentimento daqueles que mantiveram seus preconceitos no armário. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.137)

Destacamos que ao dizer “qualquer aberração na mídia”, isso inclui propagar informações enganosas ou mentirosas sobre quaisquer temas - o que convencionalmente passamos a entender como *fake news* - desde que cause choque e/ou mobilização. Através deste mecanismo e com a construção deste discurso, Bolsonaro acirrou debates, ampliou seu acesso a diversos grupos sociais e consolidou



sua imagem de campanha, o que possibilitou sua chegada à Presidência da República. A interação em tempo real e as respostas sem intermediários possibilitada pela internet, faz com que as pessoas tenham a sensação de proximidade com o candidato. Fuser (2011) faz uma crítica a teoria da “democracia de plateia” desenvolvida por Bernard Manin (1997). Na teoria, Manin pensa o processo de personalização da política e o fortalecimento do papel das mídias, em geral, como principal fórum das discussões políticas. Para o autor, os resultados nas eleições passam a ter mais relação com a imagem vendida pelo candidato na mídia como materiais de campanha que efetivamente às vinculações ideológicas ou planos de governo, gerando o enfraquecimento de instituições e até mesmo dos partidos, que se tornam secundários na relação entre o eleitor e representante. A crítica feita por Fuser é por pensar que a mídia não é isenta de posicionamentos ou “apartidária” neste jogo político, mas ela também atua como ator político.

a centralidade da mídia na versão da democracia representativa atualmente predominante acentua um elemento de desigualdade que, embora já existisse no modelo anterior da “democracia de partidos”, hoje favorece os setores hegemônicos da sociedade de uma forma muito mais intensa (FUSER,2011, p.17)

Pensando a partir do viés sócio-econômico, essa centralidade das mídias, especialmente as digitais, apesar de favorecer algumas personalidades políticas no acesso a suas audiências, acabam por limitar o surgimento de novas representações mais vulneráveis socialmente. Isso porque anúncios e alcance nestes espaços dependem de investimento financeiro, entendimentos sobre algoritmos e uma boa relação com a opinião pública através das câmeras. Enquanto num cenário de democracia partidária tínhamos a influência política de setores sociais, esse novo modelo retira-os de cena, fazendo com que o campo político escancare uma nova elite política que possui chances maiores de serem vistos e conquistarem apoiadores.

Nas eleições em 2018, a chapa eleita composta por Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão foi acusada de cometer abusos econômicos e uso indevido das redes sociais durante a campanha. Por esse motivo, enfrentam quatro ações no Tribunal Superior Eleitoral, que inclusive podem levar à cassação do mandato. Em decorrência deste fato, novas regras foram implementadas pelo TSE sobre o uso de redes sociais como plataforma de campanha eleitoral. Dentre as novas regras destacam-se o veto a publicações patrocinadas por terceiros, proibição de disparos em massa e a

responsabilização dos candidatos por conteúdos enganosos ou falsos que fossem utilizados em suas ações de campanha.

### **2.2.1 O “véio da lancha” não me representa**

A política, em todas as esferas, atribui valores, determina acessos ou não-acessos a direitos e serviços oferecidos pelo Estado ao povo. Podemos dizer que ela é a malha que nos potencializa e nos interrompe enquanto sujeitos que podemos ter nossas subjetividades aceitas e potencializadas, como também negadas, silenciadas e até violentadas. A naturalização de alguns corpos, expressões de gênero e desejos, entendida por Butler (2003, p.216) como “inteligibilidade cultural”, exerce funções na própria identidade dos sujeitos, portanto também, nas formas que estes interagem com o mundo.

Ao falarmos sobre o campo político, passamos um pouco pela representatividade presumidamente presente em candidatos, partidos e coligações partidárias em exercício de governo. O Brasil vive hoje um sistema entendido como democracia representativa, assim como a maioria dos Estados ocidentais. Isso porque uma democracia direta seria impraticável na contemporaneidade, em que os países possuem grandes populações. A democracia representativa é uma alternativa encontrada pelos países para que as nações consigam organizar a vida em sociedade de forma mais fluida e eficaz. Para tanto, usualmente as eleições têm local de extrema importância no exercício da cidadania. Através delas definem-se quem serão os responsáveis por levar as propostas, soluções, discussões e ideologias da sociedade para os espaços oficiais de deliberação. O voto universal é essencial ao dar o direito de que todos, sem exceção, possam emitir seu desejo de representação nas urnas. Entretanto, se como falamos no tópico anterior, apenas há um perfil de candidatos eleitos exercendo este papel de representação, nem todas as camadas sociais e experiências de vida estão sendo levadas em consideração no momento de definição de políticas de Estado.

Por isso, falar sobre representatividade política é, também, perceber como a falta de pluralidade de vozes impactam nas políticas públicas que são operacionalizadas pelo Estado. Andrade, Irineu, Froemming e Navas (2012) ao analisarem as concepções de gênero e sexualidade nas políticas públicas em exercício no Brasil destacam como o fator cisheteronormatividade e as concepções

culturais de família são instrumentos de exclusão de determinados grupos no acesso a serviços de assistência.

O atendimento pelo SUS é tratado como “saúde da família”, o uso de drogas é tratado como internação “familiar”, o desenvolvimento socioeconômico no âmbito dos programas de Assistência Social são (*sic*) através de programas de renda mínima e do conceito de “matricialidade sociofamiliar”, a política habitacional é prioritária apenas a famílias nucleares constituídas, bem como os programas de agricultura “familiar”. Todos os programas e projetos estatais são ligados a contrapartidas para as famílias elencadas a partir de categorias entendidas como garantidores de bem estar social no seio familiar, como a manutenção quantitativa na escola dos filhos menores de 14 anos (e os maiores já podem ir pro limbo do não atendimento?) (ANDRADE; IRINEU; FROEMMING; NAVAS, 2010, p.169)

Logo, podemos entender que não apenas as pessoas da comunidade LGBTQIA+ são impactadas pelos entendimentos restritos de como é morar no Brasil dos representantes, mas todos aqueles de alguma forma vivem uma experiência que ultrapassa as marcas de família nuclear, identidade de gênero, orientação sexual, *lifestyle*, entre outras várias formas de viver no país. A busca por um espaço de deliberação que reúna cada vez mais vozes com experiências, vivências e histórias diversas é essencial para que se garanta o caráter humanitário a todos aqueles que estão em território nacional. Por outro lado, partindo do pressuposto que as identidades são únicas em si e em suas realidades (BENTO,2008), a representatividade no âmbito dos poderes não passaria de um ideal, inatingível em sua totalidade, mas que nos garante o melhor resultado na representação social dentro do modelo de governo que adotamos.

### **2.3 O jornalismo edifica?**

Como descrevemos nos tópicos anteriores, a mídia tem tido função essencial em relação a obtenção de capital político na sociedade contemporânea. O caráter de objetividade e imparcialidade atribuídos ao campo tem papel fundamental no que diz respeito à credibilidade e confiabilidade da audiência nas informações e angulações ideológicas reportadas por esse meio. Miguel e Biroli (2008) ao analisarem as perspectivas de gênero no campo do jornalismo político destacam quatro aspectos essenciais da influência da mídia no sistema político. São eles:

a. na forma do discurso político, que se altera para se adaptar aos novos meios; b. na formação da agenda pública (e conseqüente (*sic*) busca da “geração do fato político” midiático); c. na delimitação do espaço da política,

isto é, na definição do que é socialmente entendido como pertencente à esfera da política; e d. na gestão da visibilidade e na produção de capital político[...] (MIGUEL; BIROLI,2008, p.25)

Por ter tamanho impacto, carrega consigo responsabilidade da mesma proporção ao refletir diretamente nos acessos a direitos e, no caso específico da transexualidade, validação da humanidade destes corpos.

O jornalismo, em seus processos de produção, possui o que chamamos critérios de noticiabilidade (WOLF, 2009; SILVA; DA SILVA; FERNANDES, 2014). Estes possuem o papel de delinear ou eleger os acontecimentos que merecem atenção (GOMES,2009). Contudo, as narrativas jornalísticas são fenômenos complexos de serem analisados. Márcia Veiga (2020) descreve as narrativas como “rica em potências merecedoras de nossa atenção e também de déficits que empobrecem nossa relação social com o mundo” por possuírem diversas interpretações a partir das variadas correntes de estudos de jornalismo no Brasil, mas também por diferenciarem-se a depender da metodologia adotada em sua produção e os contatos que o jornalista estabelece com o mundo.

Ao pensarmos na narrativa jornalística como produto de um método que depende de critérios baseados também em visões de mundo, podemos concluir que, logo, ela não será imparcial. Afinal, jornalistas também estão submetidos a lógicas e sistemas de poder que operam não apenas em si, enquanto seres humanos vivendo em sociedade, mas também em suas organizações. Elas gerenciam sentidos a partir do que produzem e possuem caráter peculiar ao descrever o que narram “inscrevendo e excluindo sujeitos, ressaltando e apagando saberes e poderes, concedendo e negando espaços e direitos” (RESENDE, 2011, *apud* MACHADO; DIAS, 2021, p.56).

Através deste entendimento e da prática comum de profissionais jornalistas apoiarem suas narrativas em enunciados jurídicos ou médicos, o campo jornalístico diminui o espaço de representatividade ou pluralidade em suas produções e acaba por reproduzir os estigmas e preconceitos presentes na sociedade. Gomes (2009) reflete sobre esses processos e destaca que alguns discursos jornalísticos são escritos como palavras de ordem e não deixam brechas para diálogos ou contraposições. Para a analista de discurso, estes textos funcionam como palavras de ordem que realizam a manutenção do poder e das normas vigentes. Portanto, os processos de produção de notícia colaboram para a manutenção das estruturas sociais normativas de gênero, que definem o sujeito e o Outro.

Quer dizer que o jornalismo conduz interpretações que afetam nossa interpretação sobre a constituição dos sujeitos. Opera entre subjetivações e sujeições, na terminologia foucaultiana, ou seja, a maneira como os indivíduos criam relações entre si e sobre si (RAGO, 2006 apud GONÇALVES, p.15, 2020)

Nessa medida, ao lançarmos olhar sobre a linguística, ferramenta responsável pela materialização do discurso (ORLANDI,2005) podemos pensar na importância dos pronomes de tratamento e seleção das palavras ao descrever realidades. Diversos são os casos em que o jornalismo trata homens e mulheres trans pelos pronomes atribuídos a eles em nascimento, excluindo toda a experiência de vida destas pessoas e deslegitimando suas identidades de gênero. Ao fazer isso, o jornalismo reforça a cisheteronormia e valida o desrespeito a identidades divergentes.

A partir de Patrício e Moraes, Gonçalves (2020, p.10) nos ajuda a pensar em uma solução para combater esses discursos e fazer surgir um novo jornalismo que fale sobre diversidade a partir dela própria. A pesquisadora em jornalismo propõe uma prática que tenha como critério também a subjetividade, que entenda as diferenças sociais, econômicas, de raça, sexualidade e gênero nas experiências cotidianas e que leve em consideração essa observação da estrutura condicionante para a sua metodologia de produção. Destaca ainda que estes fatores não necessariamente excluem o caráter de objetividade, ambos podem coexistir em um mesmo dispositivo de análise e reportagem.

### **3. PALAVRAS TÊM PODER**

Após percorrermos a história do movimento LGBTQIA+ e a realidade travesti do Brasil, o cenário político do país, as questões de representatividade e algumas fundamentações do jornalismo, chegamos ao objetivo desta pesquisa. Apresentamos as nossas contribuições ao campo científico no tema ao longo deste capítulo. Descrevemos nas próximas páginas os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do trabalho e os resultados obtidos a partir da análise dos conteúdos e matérias selecionadas.

Cabe destacar que a escolha do título deste capítulo parte de uma das autoras utilizadas para este estudo: Mayra Gomes (2000). Adiantando um pouco das descobertas: no processo de busca e seleção das matérias pudemos perceber que exaustiva parte dos conteúdos que citam os termos **transexuais** e **travestis** disponíveis online tratam sobre violências sofridas por estas pessoas. Logo, pensando sobre o jornalismo como mecanismo de construção de ideias, quais ideias estão sendo formuladas sobre este grupo social? Falar apenas de dores não é também uma maneira, um mecanismo da hegemonia cisheterossexual manter esse grupo na marginalidade? Que espaço sobra (se sobra) para tratar sobre a vida, e não a morte, destas pessoas? Quando e como o jornalismo fala sobre as efetivas lutas por representatividade, por exemplo, no campo político?

Não temos pretensão de responder questões tão complexas em uma única e curta pesquisa de monografia. Por isso, nos atemos a identificar os tipos de discursos veiculados pelos sites Globo e Uol sobre as candidaturas transexuais nas eleições de 2020, caracterizando as estratégias discursivas utilizadas, mapeando e analisando como essas candidaturas aparecem nestes portais, mas também a presença da cisheteronormatividade nos discursos jornalísticos sobre tais candidaturas, e identificando qual o lugar discursivo é designado pelos discursos jornalísticos.

#### **3.1 Como realizamos a investigação?**

Por buscar analisar símbolos, crenças, valores e subjetividades presentes nas matérias jornalísticas sobre as candidaturas transexuais e travestis nas eleições de 2020, levando em consideração contextos e espaço-tempo em que foram publicados, nossa pesquisa possui caráter qualitativo. Ou seja, ao selecionar as matérias, tomamos este material como documentos históricos que podem, em certa medida,

nos auxiliar a entender a sociedade em momentos específicos da História. Neste caso, o período eleitoral de 2020. Ao utilizarmos a análise documental como método e técnica para esta pesquisa, temos acesso a sistemas informatizados de busca que como descrito por Moreira (2010) auxiliam na mesma proporção que dificultam o trabalho de seleção dos materiais, visto o grande volume de resultados oferecidos por estes sistemas. Como proposto pela autora, inicialmente fizemos uma catalogação genérica dos resultados a fim de delimitar apenas aqueles que são produzidos no período proposto de análise e dentro da temática eleições 2020. Enfrentando assim, as dificuldades de apuração e organização das publicações para partir à análise crítica, objetivo final deste trabalho.

Organizar o material significa processar a leitura segundo os critérios de análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e o manuseio (PIMENTEL, 2001 apud MOREIRA, 2010, p.276).

Fazendo uso das técnicas de pesquisa bibliográfica, definidas por Stumpf (2010, p.54) como “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa”, revisamos constantemente ao longo do trabalho as literaturas já publicadas sobre os temas discutidos a fim de dialogar com os debates e contribuições já existentes no campo científico. Entendemos que as leituras de outros trabalhos e produções aumentam nossa bagagem bibliográfica e, somadas às nossas experiências pessoais nos temas relacionados ao trabalho, de cultura de movimentos sociais-políticos e comunidade LGBTQIA +, colaboram para o processo de análise dos materiais selecionados como *corpus* de pesquisa.

Em busca de atingir os objetivos propostos no início deste trabalho, construímos um dispositivo de análise que, como apresentado por Orlandi (2005), leva em consideração aquilo que está além do dito e expresso nos aspectos formais da língua e do texto. Compreendendo e analisando as manifestações do inconsciente, onde atua a ideologia e as relações de memórias do autor do enunciado e do próprio discurso que se relaciona, por natureza, com formações discursivas anteriores e posteriores a ele mesmo. É justamente a partir da materialidade e historicidade da língua que buscamos e descrevemos os sentidos das matérias do nosso *corpus* de análise.

Michel Pêcheux (1990 apud ORLANDI, 2005) pensa que os enunciados são sempre passíveis de tornarem-se outros e afirma que é desse outro enunciado que surge o lugar da interpretação, da manifestação do inconsciente e da ideologia na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos. Portanto, sem distorcer sentidos ou forjar interpretações, buscamos refletir os modos de produção dos textos em relação às memórias sociais e coletivas que eles acionam. Diferentemente de uma pesquisa com características de análise de conteúdo, nos perguntamos como e não por que os discursos foram produzidos.

Ao falarmos sobre *corpus* de pesquisa, estamos dizendo sobre o material inicial, selecionado genericamente para compor este trabalho. Como dito anteriormente, aquele que cataloga (MOREIRA,2010) ou etiqueta (BAUER; AARTS,2003) as matérias que fazem parte do tema e tempo proposto pela pesquisa, mas ainda com critérios amplos. Bauer e Aarts (2003), ao explicarem sobre a construção de um *corpus* em pesquisas sociais qualitativas, destacam como regra primeira a necessidade do pesquisador “selecionar; analisar; selecionar de novo” (BAUER; AARTS,2003, p.61), a fim de que ao manter-se atento ao processo de análise ele possa esgotar-se na diversidade de possibilidades apresentadas pelo tema e filtrá-las para chegar ao ideal de representatividade do *corpus* (aqui, já o de análise). Ou seja, do universo de variáveis que se apresentam ao iniciarmos o trabalho - *corpus* de pesquisa -, vamos analisando e selecionando, de certa forma arbitrariamente, mas com critérios evidentes e sistemáticos, as matérias que possam melhor representar o conjunto de produções realizadas dentro deste tema, compondo o *corpus* de efetiva análise.

A seleção não sistemática viola o princípio de prestação de contas pública da pesquisa; a construção de um *corpus*, porém, garante a eficiência que se ganha na seleção de algum material para caracterizar o todo. (BAUER; AARTS,2003, p.39).

Portanto, a eleição padronizada dos materiais foi necessária para que conseguíssemos, dentro do prazo para produção deste trabalho, cumprir com os objetivos propostos de análise. Sem essa seleção criteriosa, não conseguiríamos atingir os resultados de maneira a garantir a precisão e a qualidade da produção.

### **3.2 Definição do *corpus* de pesquisa e *corpus* de análise**



Para definição do *corpus* de pesquisa realizamos uma busca inicial nos sites que nos propomos a analisar: uol.com e globo.com. Como ambos os portais de notícias possuem diversas revistas eletrônicas vinculadas a eles, e não possuem um sistema de busca que nos apresente todos os resultados de matérias produzidas a partir de palavras-chave, utilizamos o buscador da Google para viabilizar a busca. Através do buscador, usamos as ferramentas possíveis para delimitar o tempo de publicação das matérias buscadas e o site específico para os resultados. Selecionamos analisar o período entre julho e novembro de 2020 em ambos os portais, pois é neste mês que foi publicado o primeiro resultado de pré-candidaturas LGBTQIA+, além do período compreender o momento em que as discussões no país se voltaram ao tema eleições, de maneira tardia devido à pandemia de covid-19. Os resultados encontrados, assim como os buscados na justificativa deste trabalho, apresentaram milhares de matérias. Por isso, aplicamos a filtragem de resultados da própria Google, que exclui os resultados semelhantes ou repetidos. Chegando aos resultados abaixo apresentados:

Tabela 4 - Pesquisa de amostragem para corpus de pesquisa

	<b>Uol.com</b>	<b>Globo.com</b>
eleições 2020 transexuais	231	247
eleições 2020 travestis	226	230
transexual	298	295
travesti	279	294

Fonte: elaboração do autor

Mesmo após a filtragem, o número de materiais para serem analisados continuaram altos, dadas a proposta deste trabalho e o período para realização da pesquisa. Para tornar a pesquisa exequível, identificamos as reportagens que efetivamente eram de interesse para esta investigação no período entre agosto e novembro. Saltamos o mês de julho justamente por ser um mês em que diversas candidaturas ainda estavam em construção e a abordagem do tema pela mídia, como já dito, estava atrasada. Levamos em consideração apenas os materiais que falam efetivamente sobre candidaturas ou pré-candidaturas de pessoas transexuais/travestis para cargos proporcionais (de vereança). Isto porque segundo

dados da Antra (2020), não houve candidaturas eleitas a cargos majoritários, em 2020. Após a análise geral dos resultados, e tendo feito esta pré-seleção, pudemos perceber que a quantidade de matérias produzidas pelos portais no período que antecede o pleito sobre as candidaturas é baixa. A maioria dos textos que citam pessoas transexuais ou travestis falam sobre violências (assassinatos, mortes, estupro, roubo, prostituição), como já indicado no início deste capítulo. Decidimos, então, dividir em duas etapas o processo de seleção. Um primeiro grupo com matérias veiculadas entre 01 de agosto de 2020 e 14 de novembro de 2020. Um segundo grupo com as matérias veiculadas no dia seguinte às eleições. E chegamos a este resultado:

Tabela 5 - Matérias selecionadas para *corpus* de análise

<b>TÍTULO</b>	<b>PORTAL</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>ELEMENTOS</b>	<b>CATEGORIA</b>
Candidaturas trans disparam para garantir defesa de pautas	Uol	14/11/2020	texto, imagem, hiperlink, gráfico, vídeo-clipe	eco
Quem é o ator transexual Thammy Miranda, garoto propaganda da campanha de Dia dos Pais da Natura	O Globo	02/08/2020	texto, imagem, audiodescrição	negócios
25 transexuais e travestis se elegem no Brasil	Uol	16/11/2020	texto, vídeo, hiperlink	eleições
Dois transexuais estão entre os dez vereadores mais votados	G1 Notícias	16/11/2020	texto, imagem, vídeo, hiperlink	eleições em São Paulo

Fonte: elaboração do autor

Sendo assim, selecionamos uma reportagem de cada um dos sites (Uol e Globo.com) no primeiro e no segundo grupo. Com exceção do site globo.com no primeiro grupo, por haver apenas um resultado, utilizamos como critério de seleção:

- a) As matérias multimídias, por terem mais conteúdo a ser analisado, fornecem maiores contextos e diferentes abordagens, deixando mais evidente seus posicionamentos. Consideramos as que possuíam mais

elementos, além do texto, priorizando em ordem hierárquica, respectivamente: vídeo, imagem, hiperlink.

Finalizando com um conjunto de quatro reportagens para investigarmos os pontos descritos nos objetivos desta pesquisa.

### **3.3 Apresentação e análise das reportagens**

Durante o processo de filtragem e seleção das reportagens a serem analisadas percebemos alguns pontos que acreditamos merecer citação na abertura deste tópico. Como trabalhamos com dois portais de notícias digitais, eles possuem a função de categorização de conteúdos (semelhante a divisão por editorias de jornais impressos). Essa ferramenta é utilizada pelos próprios portais para indicar a temática ou natureza do conteúdo que está sendo veiculado. No período que antecederam as eleições, como citado anteriormente neste capítulo, são poucas as matérias efetivamente relacionadas a candidaturas ou eleições.

Além disso, são matérias vinculadas a assuntos específicos e veiculadas em *links* diferentes da página inicial dos portais. Por exemplo, no Uol a maioria das matérias integram a categoria “Ecoa”: uma editoria do jornal voltada exclusivamente para “iniciativas transformadoras”. Essa divisão acaba por levar os produtos da editoria a um público diferenciado daquele que acompanha o editorial geral do jornal. Não conseguimos obter o número de acessos diretos ao site e da editoria especificamente, porém podemos tomar os números dos perfis no Instagram de ambos para fazer essa comparação, uma vez que também fazem parte do *roll* de produtos oficiais do portal. No perfil @uoloficial são 1,8 milhão de seguidores e os conteúdos, como nos *reels*, têm média mínima de 100 mil visualizações. Enquanto no @ecoa\_uol os seguidores há pouco passaram de 50 mil, são 51,5 mil. Olhando as visualizações de *reels* poucos passam a casa de mil visualizações. Ou seja, os conteúdos que tratam sobre a existência de pessoas transexuais e travestis antes das eleições fora do espectro de violência (porque estes normalmente vão para o site na categoria de notícias) alcançam menos pessoas que aqueles que as desumanizam.

Pudemos perceber ainda, que apenas após as eleições travestis e transexuais começam a aparecer na categoria eleições com suas candidaturas já eleitas. As matérias são diversas, mas trazem um tom de fatos extraordinários ou comparações com candidatos cisgênero. Algumas manchetes que exemplificam o que afirmamos:

- “Após recorde de candidaturas, 25 transexuais e travestis se elegem no Brasil” - matéria do portal Globo, publicada<sup>18</sup> em 16 de novembro de 2020;
- “De Suplicy a Thammy Miranda: veja quem são os 10 vereadores mais votados de São Paulo” - matéria do Uol, publicada<sup>19</sup> em 16 de novembro de 2020.

Ao longo da análise recuperamos detalhes do processo de busca que evidenciou bastante informações. Porém, por ora, partimos para as matérias selecionadas.

Para o grupo 1 do portal Uol selecionamos a matéria que tem como manchete “Candidaturas trans disparam em todo país para garantir a defesa de pautas”, publicada em 14 de novembro de 2020, na editoria Ecoa. Para o mesmo grupo do portal Globo a matéria disponível que atende aos critérios previstos por esta pesquisa tem como manchete “Quem é o ator transexual Thammy Miranda, garoto propaganda da campanha de Dia dos Pais da Natura”, publicada em 2 de agosto de 2020, na revista Época Negócios.

Para o grupo 2 do portal Uol escolhemos o texto que tem como manchete “Com recorde de candidaturas, 25 transexuais e travestis se elegem no Brasil”, publicada em 16 de novembro de 2020, na categoria notícias e eleições. Já no portal Globo a manchete foi “Dois transexuais estão entre os dez vereadores mais votados de São Paulo”, publicada em 16 de novembro de 2020, no site de notícias G1, na categoria eleições.

### **3.3.1 O disparar de candidaturas, diz o Uol**

14 de novembro de 2020 às 4 da manhã, véspera das eleições municipais, o Plural (projeto colaborativo do Uol com coletivos independentes, de periferias e

---

<sup>18</sup> “Após recorde de candidaturas, 25 transexuais e travestis se elegem no Brasil.” Glamour, 16 November 2020, <<https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/noticia/2020/11/apos-recorde-de-candidaturas-16-transexuais-e-travestis-se-elegem-no-brasil.html>>. Acesso em: 5 March 2022.

<sup>19</sup> “De Suplicy a Thammy Miranda: veja quem são os 10 vereadores mais votados de São Paulo.” Band, 16 November 2020, <<https://www.band.uol.com.br/eleicoes/noticias/de-suplicy-a-thammy-miranda-veja-quem-sao-os-10-vereadores-mais-votados-de-sao-paulo-16316194>>. Acesso em: 5 March 2022.

favelas para a produção de conteúdo original) publicava<sup>20</sup> uma matéria sobre o recorde de candidaturas transexuais para os cargos eletivos daquele pleito. Na editoria ecoa, voltada para pautas especiais e de temáticas essencialmente de diversidade, utilizaram mecanismos como hiperlinks, imagens, videoclipe e gráfico para abordar a pauta.

Como bem treinados por Eni Orlandi (2005) e Djamila Ribeiro (2019)<sup>21</sup>, nos estudos de análise do discurso, antes de analisarmos os textos e conteúdos buscamos entender quem os escreveu para então analisar como os escreveu. As perguntas iniciais - gravem, pois fizemos as mesmas perguntas para as quatro matérias que analisamos - são “quem é você | para me dizer o que dizes, | como dizes | e quando dizes?”. Resposta direta: portal de notícias Uol, um dos mais acessados do país no último ano, com diversas editorias, funcionários, parceiros e patrocinadores, com colaboradores em diversas partes do país cobrindo os mais variados temas, falando sobre candidaturas trans, um dia antes da eleição que registrou recorde destas candidaturas na história do país.

Retomando a pergunta - longa - e buscando o autor do texto percebemos que a matéria não é de autoria da redação efetiva do portal. Por isso, questionamos o que poderia nos dizer o texto ter sido escrito por um coletivo independente parceiro e não pelos redatores do próprio veículo. A resposta rápida era a abertura de espaço para que as próprias pessoas pudessem falar de suas dores, em resumo, representatividade; ou pelo menos, percebemos depois, é este o discurso que se pretende passar. Contudo, essa resposta não era suficiente porque se a redação é diversa, ela possui pessoas pretas, transexuais que poderiam ter escrito a matéria. Então a pergunta passou a ser: “ué, mas o Uol não tinha jornalistas trans na redação para escrever sobre esta temática?” e se tinha, por que não as utilizar? Não há dados públicos sobre o perfil de funcionários do jornal e nem pesquisas que falem

---

<sup>20</sup> “Candidaturas trans disparam em todo país para garantir a defesa de pautas.” UOL, 14 November 2020, <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/14/candidaturas-trans-disparam-em-todo-pais-para-garantir-a-defesa-de-pautas.htm>>. Acesso em: 5 March 2022.

<sup>21</sup> Djamila Ribeiro (2019) ao conceituar lugar de fala se ampara em Patricia Hill Collins (1990) que busca desenvolver o entendimento dos estudos de “ponto de vista feminista” a partir da quebra da visão universal sobre discursos e narrativas com o objetivo de explicitar a diversidade de experiências distintas dentro de um mesmo grupo social por suas intersecções. Ao fazer essa quebra, ela propõe que para analisar os discursos, considere-se elementos como raça, gênero, classe e sexualidade, como parte de uma estrutura social que corrobora, integra e se articula em um sistema tomado por desigualdades. Logo, em alguma medida esse sistema se relaciona com esses discursos, silenciando “detalhes” convenientes, ou não.

especificamente sobre a presença de transexuais nas redações jornalísticas. Como o objetivo desta pesquisa não é realizar este mapeamento, deixamos esta pergunta como sugestão de trabalho para outros pesquisadores que se interessem pelo tema.

Apesar disso, cabe lembrar os dados explicitados anteriormente neste trabalho sobre os problemas de formação e empregabilidade de pessoas transexuais e travestis, que podem ter ligação direta à resposta desta pergunta. Maitê Schneider, consultora em diversidade e inclusão, e uma das fundadoras da Transempregos, plataforma voltada para a colaboração e o incentivo à empregabilidade transexual e travesti, em entrevista ao Café Filosófico (2021)<sup>22</sup> destacou a problemática existente há muito tempo no mercado de trabalho, hoje chamada de **vieses inconscientes**. Esses vieses são responsáveis por realizar a manutenção de sistemas de opressão e exclusão dentro das empresas de forma natural, a repetir o que é realidade na sociedade. Por isso é importante políticas de inclusão e incentivo à diversidade, para quebrar com esses vieses inconscientes. Dados de 2020<sup>23</sup> da Transempregos apontam um aumento de 315% no número de usuários cadastrados na plataforma. Dos usuários cadastrados, em busca de emprego, cerca de 40% possuem graduação, mestrado e/ou doutorado, ou seja, nesse caso o problema evidentemente não é falta de formação acadêmica.

Voltando à análise da reportagem, é interessante perceber que ao mesmo tempo em que o texto descreve as dificuldades que pessoas trans enfrentam, não apenas para lançar as candidaturas, mas também para serem reconhecidas como possíveis representantes, ele não destina exclusivamente esse lugar de desafios e marginalidade às personagens. O texto costura a história de quatro mulheres, negras, transexuais e travestis: Jup do Bairro (artista), Benny Briolly (hoje, eleita vereadora de Niterói-RJ), Bruna Benevides (secretária de articulação política da Antra) e Gilmara Cunha (atualmente suplente como vereadora no Rio de Janeiro). Sucintamente descreve um pouco de suas histórias para além da política, mas também abre espaço para que possam falar por si mesmas. Levantamos a quantidade de caracteres totais do texto da matéria: são 10.603 caracteres, destes 4.372 são aspas das entrevistas (não incluímos aqui as falas da autora com base nas entrevistas, como em “A ativista

---

22 CAFÉ FILOSÓFICO CPFL. As definições nos definem? | Maite Schneider YouTube, 5 set. 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=eGfP\\_hrxabc](https://www.youtube.com/watch?v=eGfP_hrxabc)>. Acesso em: 3 mar. 2022

23 TransEmpregos - Números 2020. Disponível em: <<https://www.transempregos.com.br/dados2020>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

lembra que antes de governos mais progressistas assumirem, a maioria das candidaturas LGBTQIA+ pertenciam a partidos de direita, geralmente” (SANTOS, 2020, s/p.). Ao ceder este espaço, percebemos a tentativa da autora da reportagem em ir na contramão da manutenção da ordem vigente e evitar que o texto reproduza estigmas ou preconceitos, como mostrados por ela mesma, presentes na sociedade.

Retomando o que discutimos no tópico 2.3 desta pesquisa, pudemos perceber que a jornalista ao escrever o texto aplica a proposta de solução, apresentada por Gonçalves (2010, p.10), de considerar as subjetividades e as estruturas sociais como metodologia para entender os contextos das narrativas. Essa prática fica explícita quando, por entre as aspas, ela apresenta mini-biografias detalhadas das personagens, e também ao inserir o mapeamento de candidaturas trans no país com informações de raça, escolaridade, renda, faixa etária, região onde mora, ligação com a prostituição e ideologia defendida pelo partido que integram. Citamos aqui, como exemplo, o trecho em que ela introduz a candidata Gilmara Cunha:

Gilmara iniciou sua trajetória na política, em 1999, aos 15 anos, quando ingressou no movimento LGBTQIA+ em busca de políticas públicas mais inclusivas. Em 2006, fundou o grupo Conexão G, na Favela da Maré, zona norte do Rio, onde vive, junto a outros jovens insatisfeitos com o preconceito vivenciado em casa e nos espaços públicos. Hoje a organização atua na promoção de Direitos Humanos e da saúde da população LGBTQIA+ nas favelas. Tendo 21 de seus 36 anos de idade dedicados à causa, Gilmara acredita que, mais do que resultado das cotas de gênero, as candidaturas trans são reflexo de um posicionamento de resistência e avalia que o cenário atual ainda representa travestis e transexuais de forma desproporcional. (SANTOS, 2020, s/p).

Ao buscar a resposta para a provocação feita no título da reportagem, a matéria ainda faz interlocuções entre conquistas de direitos (uso de nome social e possibilidade de pleitear participações em cotas partidárias) e o avanço no número de candidaturas. A partir deste momento, percebemos uma mudança na argumentação do texto, que logo após apresentar o mapeamento das candidaturas, passa a dar voz a questionamentos da própria afirmação que houve um aumento nas candidaturas. É mais uma quebra de padrão, onde a jornalista sai do lugar de criar um discurso de ordem (GOMES, 2009) e abre espaço para contraposições. Esta oposição de pensamentos e análises são importantes para fortalecer os debates, contudo a abordagem nos levou a indagar o que significa apresentar a quantidade de candidaturas em partidos de direita, esquerda e centro um dia antes das eleições municipais, tendo logo abaixo uma aspa de uma integrante da Antra afirmando que

candidaturas em partidos de direita (38,5% das candidaturas, segundo o levantamento) pouco poderiam fazer pela população LGBTQIA+?

[Há partidos que] seja no discurso, por falta de ações ou omissão, ou pior, por proposição de projetos de lei que ferem os direitos das próprias pessoas trans. É uma representação que não representa, sempre tutelada, limitada às decisões partidárias e às pessoas que realmente têm o poder de decisão. Então, é óbvio que uma pessoa trans em um partido de direita contra a identidade de gênero não vai conseguir aprovar projetos de lei ou qualquer outro projeto pró-LGBTI+. (SANTOS, 2020, s/p).

Essa narrativa, ao mesmo tempo que atribui a certos partidos políticos determinadas responsabilidades sobre os atrasos no avanço de pautas para maior humanização e reconhecimento das necessidades da população trans do país, também acaba deslocando pessoas trans para um lugar de também responsáveis pela violência e silenciamento que elas mesmas sofrem. Atribui às candidatas um lugar de não-consciência do seu lugar e da sua própria luta desconsiderando todas as questões que levam pessoas a integrarem essas legendas, por exemplo, o fato de acreditarem nos ideais do partido. E essa não é uma prática exclusiva de candidaturas transexuais, tampouco do espectro político. É parte de problemas históricos do Brasil de negar sua história e realidade, e dificuldade em assumir responsabilidades sobre ações e consequências.

Lélia Gonzalez, em entrevista à revista *Seaf*, republicada pela revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRJ (2000), critica o mito da **democracia racial** no Brasil e aponta que personalidades importantes, do período da Independência do país, por exemplo, utilizaram da apropriação de produções da cultura negra para marginalizar o próprio povo negro. Rita von Hunty (2022) em entrevista ao programa *Provoca*, da TV Cultura, ironizou discursos moralistas e conservadores da sociedade brasileira ao questionar sobre a possibilidade do país do carnaval e do futebol ser o mesmo que não respeita a diversidade e mais mata transexuais no mundo. Em 2022, completa-se dez anos da Lei que instituiu as cotas para ingresso nas universidades públicas do país e esta Lei será revista. Nos debates já é comum ouvirmos argumentos como: “a escravidão já passou e agora todos têm condições para disputar as vagas”.

Portanto, essa narrativa em torno da quantidade de candidaturas por espectro ideológico, corroborada pela construção textual que divide as diferentes opiniões em blocos, também acaba por mostrar a pluralidade de pensamentos dentro da própria



comunidade trans e expõe que ambas coexistem. Exemplifica que não é possível subjugar características, crenças e posicionamentos única e exclusivamente pela identidade de gênero ou orientação sexual de alguém. Como dito no capítulo 2, tópico 2.2.1, à luz de Berenice Bento (2008), as identidades são únicas em si e em suas realidades. Mas esta também é uma consideração que tem dois lados: a) somos diferentes entre nós mesmos e possuímos cada um sua individualidade que está para além do que o coletivo consegue abarcar; b) até onde essa ferramenta de individualização nos liberta para sermos quem somos, e quando ela começa a dividir a comunidade e ser instrumento do poder vigente para dissipar a força contrária à norma? Mais perguntas que não terão resposta neste trabalho.

Visando resumir a análise desta matéria, podemos considerar que, apesar da manchete insinuar que a reportagem seria conduzida pelo tom do exótico e pela busca incessante de justificar “o disparar de candidaturas trans”, – traço da cisheteronormatividade dos discursos e olhares jornalísticos (você já viu matérias deste molde sobre as candidaturas dos “véios da lancha”?) – a jornalista consegue falar da diversidade a partir da diversidade. Em seus questionamentos e argumentações, o tom humanizador é sempre presente, o que denota um possível processo de transformação acontecendo dentro do jornalismo. Em certa medida, pode ser que, tardiamente, o jornalismo esteja caminhando para alcançar o progresso social. Todavia há de se recuperar e considerar a informação que abre este capítulo: a matéria é escrita por uma mulher, jovem, que integra um grupo de jornalismo de uma região periférica no Rio de Janeiro, para um público específico, o que interfere diretamente no modo de produção.

### **3.4.1 Propaganda, Deus e transexualidade**

02 de agosto de 2020 às 9h48, com texto atualizado no mesmo dia às 12h52. O site globo.com em sua editoria de negócios da revista *Época* publicou<sup>24</sup> uma matéria sobre o então pré-candidato a vereador, Thammy Miranda. Às perguntas de praxe respondemos: portal de notícias do Grupo Globo, dentre os mais acessados do país, na editoria de negócios, utilizou a *tag* “empresa” para classificar o conteúdo. O texto

---

24 Quem é o ator transexual Thammy Miranda, garoto propaganda da campanha de Dia dos Pais da Natura. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/08/quem-e-o-ator-transexual-thammy-miranda-garoto-propaganda-da-campanha-de-dia-dos-pais-da-natura.html>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

é sobre a repercussão da campanha de Dia dos Pais da Natura, empresa de cosméticos, que contou com a participação de 17 homens. Um deles é Thammy Miranda, filho de Gretchen, à época pré-candidato a vereador por São Paulo pelo Partido Liberal (PL), representante da direita no Brasil. Discute também representatividade na política, espectros ideológicos de partidos e, em algum momento, falam sobre religiosidade. A entrevista foi realizada e veiculada em agosto, em meio às discussões da existência de pais transexuais e o impacto disso na mentalidade e formação de crianças. Importante destacarmos que a entrevista é realizada por Ricardo Senra, repórter em Londres do canal BBC News Brasil. A matéria possui apenas um resumo (podemos chamar também de texto de apresentação) escrito pelo jornalista e a transcrição dos “principais trechos da entrevista”; é veiculada no portal do Grupo Globo através de parceria editorial, sem *links* para a íntegra da entrevista, disponível no canal da BBC News Brasil no Youtube.

Retornamos ao questionamento levantado na análise anterior sobre a produção independente de conteúdos pelos maiores portais do país. É compreensível que existam parcerias editoriais e de escrita entre empresas jornalísticas, contudo é preciso questionar, principalmente o fato que essa pesquisa demonstrou em seu processo de desenvolvimento: não houve matérias sobre candidaturas transexuais no portal globo.com no período de agosto a novembro de 2020. E então a única que encontramos sequer é escrita por profissionais do próprio portal e a questão que conduz a matéria é justamente uma polêmica que coloca em dúvida a paternidade de homens transexuais. Esse é um ponto importante porque na própria entrevista o jornalista fez duas perguntas a Thammy Miranda sobre a existência de políticas de inclusão de diversidade implementadas no cotidiano e no quadro de funcionários da Natura, onde ele próprio justifica a pergunta:

1)Você fala bastante da importância de representatividade e esse é um tema fundamental para diferentes grupos. Você se interessou ou chegou a perguntar como são as políticas da Natura em relação aos seus próprios funcionários - eles têm muitos transexuais lá dentro? Como lidam com este público? 2)Pergunto por que há pessoas apelando para argumentos inaceitáveis, ataques injustificáveis, mas também gente trazendo discussões mais complexas como o "pink money", por exemplo, ou quando pessoas ou empresas têm um discurso da porta para fora e outro da porta para dentro. Essa é uma questão importante a se lidar, não? (SENRA, 2020.s/p.)

É justamente a partir do entendimento apresentado pelo jornalista ao fazer essas duas perguntas em sequência, que argumentamos a falta de conteúdos sobre

candidaturas transexuais no portal globo.com neste período **decisivo** de campanhas eleitorais e construção de capital político de candidatos. Apesar de não apresentarmos um levantamento do quadro de funcionários do portal globo.com - pois esse não faz parte dos objetivos da pesquisa - o tema pelo qual a candidatura de Thammy se torna relevante para noticiar, em certa medida, confirma o que diz Pinheiro-Machado (2019) – citamos esse assunto no tópico 2.2 – sobre como características e posicionamentos fora da norma, ou até **bizarros**, faz com que estes sujeitos ou temas tornem-se relevantes para a mídia. Ao falar disso, nos referimos aos diversos ataques e ofensas direcionados ao Thammy que permearam as diversas mídias naquele período. Ao mesmo tempo que confirma a ideia de Pinheiro-Machado, podemos dizer que também demonstra a força ainda exercida pelas relações de poder sociais sobre as escolhas editoriais deste portal, que reproduzem a marginalização da vivência transexual e travesti.

Outros dois pontos teóricos pairam no aspecto de relevância jornalística. a) o texto de apresentação puxa a condução argumentativa, isto é, explica os critérios usados para determinar a importância do fato para tornar notícia (WOLF, 2009; SILVA; DA SILVA; FERNANDES, 2014), pelo princípio editorial do portal, que envolve economia e política. Logo, o jornalista traz nos três primeiros parágrafos a descrição do assunto, a contextualização da repercussão política e o impacto das discussões nas ações da Natura na B3 (Bolsa de Valores Brasileira):

Ameaças de boicote, palavrões e ofensas chegaram ao tipo dos assuntos mais discutidos nas redes sociais nesta semana depois que o ator e empresário Thammy Miranda, de 37 anos, virou garoto propaganda de uma campanha de Dia dos Pais.

Figuras como o pastor Silas Malafaia e o deputado federal Eduardo Bolsonaro disseram que Miranda não poderia ser pai do pequeno Bento, de 6 meses, pelo fato de ele ser um homem transexual. Influencers conservadores convocaram seguidores a nunca mais comprarem produtos da Natura, responsável pela ação.

Os ataques foram um sucesso... para a Natura, cujas ações se valorizaram em R\$ 1,5 bilhão até a última quinta-feira, segundo reportagem da revista Forbes. (SENRA, 2020, s/p.)

A partir daqui podemos constatar que o jornalista confirma o texto da linha fina ao selecionar comentários de dois representantes de partidos de direita do país para exemplificar autores de ataques ao pré-candidato e à campanha promovida pela Natura: “Pré-candidato a vereador, Thammy diz que transexualidade é missão divina:

"Quero que a direita entenda e discuta diversidade"" (MIRANDA,2020, s/p.). O que nos leva ao outro ponto.

b) a relação entre a identidade e a representação política. Neste ponto discutimos sobre a presença de pessoas transexuais em partidos de direita e voltamos a discussão das ferramentas do capital para instrumentalizar contemporaneidades em seu benefício. No tópico 2.3, ao discutirmos a participação do jornalismo na política, destacamos a sua responsabilidade em determinar espaços de atuação e dar voz ou silenciar atores que pertencem a este campo. Em certa medida é o que Asad Haider (2019)<sup>25</sup> vai dizer sobre o também duplo poder das políticas identitárias. Na mesma medida em que estas potencializam e amplificam certas demandas, podem acabar por também silenciar. Buscando uma definição para o termo **políticas identitárias**, Haider constrói relações entre os estudos de Butler e Foucault sobre a constituição dos sujeitos e a possibilidade de participação destes na vida política no mundo contemporâneo. Inspirado pelo entendimento do caráter totalizante e reducionista do conceito de identidade formulado e aceito pelo liberalismo e sistema de capital, ao relacionar as políticas identitárias com o contemporâneo, o autor as define como “a neutralização de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas” (HAIDER, 2019, p.37).

Em outros termos, ao mesmo tempo que o reconhecimento da marginalização fornece espaço na mídia e campo de ação política para cobrar mudanças e melhorias na condição de vida de grupos sociais – foi assim que no espaço de 3 meses e meio estudado por esta pesquisa a pauta conseguiu ser noticiada –, ela também acaba por destinar a estas pessoas este único e exclusivo lugar no debate. Ao longo de toda a matéria, mesmo ao falar sobre projetos de campanha política, o assunto que costura é a transexualidade. É nesse ponto que chegamos ao que Butler então aponta como “aparato disciplinar do Estado moderno” (BUTLER, 1997 *apud* HAIDER,2019). É neste lugar que o sistema cerceia e opera o controle sobre forças capazes de destruí-lo. Como caminho para sair deste lugar, o autor aponta a recusa deste conceito de

---

25 Precisamos deixar evidente que o próprio Haider (2019, p.36) critica no primeiro capítulo deste livro o que ele chama por “Espírito Santo da Identidade”, que seria a anexação de raça, classe e gênero para pensar a identidade como um conceito geral para estes três pilares. O autor argumenta que cada um destes pilares por si só já “são abstrações que precisam ser explicadas em termos de histórias materiais específicas”. Trazemos o conceito apontado por ele, na tentativa de apontar que, apesar das diferenças indicadas por ele, há interseccionalidades no contexto da representação política prática que permitem apropriações.

identidade que individualiza. E aqui encontramos na entrevista um posicionamento interessante de Thammy. Ao ser questionado sobre seu espectro político-ideológico, ele responde:

Não vou me definir como comunista, nem conservador, nem nada. Sou progressista, sou para frente, quero que o Brasil e o ser humano evoluam e que as pessoas sejam melhores, independente de questão política. (MIRANDA,2020, s/p).

Dizemos interessante porque Miranda demonstra fugir dos rótulos designados pelos aparatos do Estado, que citamos anteriormente, para atingir o que ele declarou ser seu objetivo de fazer a direita também discutir diversidade. Categoricamente não é possível afirmar que ele possui esse conhecimento teórico e esse objetivo ao construir esse discurso, mas é possível perceber que, em alguma medida, ele o estava aplicando. E, com isso, estaria conseguindo subverter essa lógica e a ideia que permeia o imaginário de extremistas políticos brasileiros que define categoricamente integrantes da direita como totalmente conservadores ao passo que integrantes da esquerda seriam totalmente progressistas. Thammy Miranda descreveu a criação do núcleo de diversidade no Partido Progressistas (PP)<sup>26</sup> ao exemplificar suas ambições como vetor político de transformação:

Inclusive dentro desse partido eu fundei o núcleo de diversidade. Eu acredito nisso. Na esquerda já se fala sobre isso, já entendem sobre isso. Na direita não e é lá que a gente tem que conquistar o nosso espaço. Lá que a gente tem que ensinar eles a nos respeitar de fato. Quando formei o núcleo da diversidade lá, ele foi respeitado, eles me respeitavam lá dentro, me tratavam da forma que eu considero justa. Para mim, foi uma conquista ter um núcleo de diversidade em um partido tido como de direita. (MIRANDA,2020, s/p).

A dúvida sobre a consciência do Thammy sobre a teoria surgiu da polarização política que assola o país desde os protestos de 2013 e que se intensificaram com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Apesar da polarização, existe um núcleo político no âmbito Federal que tem ganhado cada vez mais espaço e se destinam apoios de acordo com as benesses que podem ser oferecidas pelos governos. O chamado Centrão (PODER360,2020), existe desde a Constituinte em 1988 e foi recentemente reorganizado pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Não há definições tão específicas e evidentes de movimentos desta maneira em níveis locais.

---

26 Thammy Miranda esteve filiado ao Partido Progressista (PP) de 2015 a 2018, quando fundou o núcleo. Filiou-se ao Partido Liberal (PL) em 2020, quando concorreu e ganhou as eleições municipais daquele ano.

Contudo ao relacionar esse posicionamento “isento” com a existência destes candidatos membros do Centrão, pensamos em como tudo isso pode impactar na conquista de capital político (BOURDIEU,1989) transformado em votos nas urnas – que é o que realmente importa em contextos eleitorais, como em 2020. Como resultado, tivemos muitos questionamentos e algumas respostas. Na eleição em que concorreu em 2016, para o mesmo cargo que foi eleito em 2020, Thammy não foi eleito. Há de se considerar o contexto de seu envolvimento em recentes polêmicas relacionadas a relacionamento amoroso que vivia na época, as diversas matérias sobre sua transição que, como citada na matéria de 2020 que estamos analisando, foi amplamente acompanhada pela mídia, e mais uma vez lembrarmos que a transexualidade até a eleição de Bolsonaro não tinha tamanha força nem para política nem em discursos midiáticos. Outro ponto a ser levado em consideração é a força de conquista de votos do partido pelo qual concorreu naquela época, uma vez que são eleições proporcionais e não majoritárias, o que interfere no sistema de contagem de votos. Segundo o histórico do TSE, o Partido Progressista elegeu em 2016 apenas um vereador, Conte Lopes, considerado membro da bancada da bala. Não podemos dizer que o reposicionamento foi responsável pela eleição (acreditamos que pelo menos foi um fator que contribuiu para a ascensão da candidatura) porque além do posicionamento menos polêmico de Thammy, o contexto, como explicamos nos capítulos iniciais desta pesquisa, influenciou em candidaturas de transexuais. De qualquer forma, a diferença de votos conquistados por Thammy Miranda entre um pleito e outro chamou a atenção: 12.408 votos em 2016, para 43.321 votos em 2020. Quase quatro vezes mais.

No decorrer de toda a entrevista as respostas do Thammy quando o assunto é diretamente relacionado a sua transição ou transexualidade foram no sentido de expor falas que promovessem o respeito, como esperado. Em dado momento ele faz uma longa resposta que é quando o jornalista tira a informação que vai para a linha fina: sobre sua missão e religiosidade. Voltamos à discussão do critério de noticiabilidade. Por que é importante citar o único trecho onde Thammy cita Deus no título da matéria se ao longo de toda a entrevista ele não faz outras citações diretas a Deus? Chegamos a três conclusões. **a)** Como o objetivo é apresentar “o ator transexual Thammy Miranda, garoto propaganda da campanha de Dia dos Pais da Natura”, esse também é o único momento em que ele fala específica e exclusivamente sobre a vida pessoal. **b)** o pré-candidato havia sido atacado e já possuía histórico de embates com líderes

religiosos como Marco Feliciano por causa do “conflito” existente entre alguns valores pregados por pastores do cristianismo e a vivência transexual e travesti. **c)** a participação de religiosos na política brasileira (MARIANO, 2022) é considerável desde a constituinte e tem influência não apenas na formação de bases de apoio para a conquista de votos, mas também na própria operação de políticas públicas durante os mandatos. Para exemplificar, em nível nacional, a frente parlamentar evangélica é uma das maiores e mais influentes do Congresso Nacional.

### 3.5.1 Recorde de candidaturas viraram presença na arena

16 de novembro de 2020 às 11h32, com texto atualizado às 17h19 do mesmo dia para corrigir a informação do partido político de uma vereadora eleita citada na matéria. Destacamos que o site não indica, mas o título também parece ter sido atualizado, pois o link aponta 16 candidaturas eleitas (<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/com-recorde-de-candidaturas-16-transexuais-e-travestis-se-elegem-no-brasil.htm>), enquanto o título afirma serem 25: "Com recorde de candidaturas, **25** transexuais e travestis se elegem no Brasil"<sup>27</sup>. O site Uol, em um trabalho colaborativo, publicou<sup>28</sup> uma notícia de caráter de registro sobre as eleições de 2020 ocorridas no dia anterior, em 15 de novembro de 2020. A matéria é assinada por Gabryella Garcia, mulher transexual e jornalista, à época ainda em colaboração para o Uol. Atualmente Garcia já aparece em matérias assinadas por ela sem a indicação de “**colaboração para o Uol**”.

Às tradicionais perguntas de contextualização do discurso que analisamos respondemos: site de notícias do portal Uol, um dos mais acessados do país, com réplicas em diversos outros portais através de parcerias editoriais. O texto registra as candidaturas transexuais eleitas, mas a matéria tem na abertura também um vídeo-reportagem intitulado “não apenas homens brancos”, que fala sobre as candidaturas de minorias em geral, trazendo entrevistas de jornalistas do portal e pronunciamentos de candidatas eleitas. Logo após as eleições, o texto é

---

27 É importante para perceber um movimento usual na rotina de produção em jornais digitais: quando o tema é urgente, publica-se a notícia com a informação que o portal tem no momento e atualiza-se o texto ao longo do tempo de acordo com as apurações. É a notícia em tempo real.

28 GARCIA, G. Com recorde de candidaturas, 25 transexuais e travestis se elegem no Brasil. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/com-recorde-de-candidaturas-16-transexuais-e-travestis-se-elegem-no-brasil.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

completamente preso a dados, sem digressões, denotando o caráter factual, esperado pela categoria ao qual foi designado “notícias e eleições 2020”.

Iniciando a análise pelo vídeo da abertura, foi interessante perceber a construção do roteiro que parte das falas das candidatas eleitas construindo um discurso unísono de movimento de libertação e fato histórico, que ao mesmo tempo informa e apresenta o traço de militância das candidatas, justificando o que vem na sequência. O vídeo propõe analisar esse ponto específico das eleições e busca responder à pergunta “Qual a importância da diversidade nas eleições?”. As respostas das jornalistas expõem a discrepância dos corpos que em maioria ocupam o espaço político e a realidade brasileira. Ao mesmo tempo que vão ao encontro do que apresentamos no tópico 2.2.1 deste trabalho, onde discutimos o impacto da representatividade política nas políticas públicas operacionalizadas pelo Estado. Camila Brandalise, então repórter da Universa, apresentada pelo Uol como “a nova plataforma do UOL para a mulher que protagoniza um mundo em evolução”, destaca que a despeito dos fatores econômicos, a falta de incentivo de campanha dos partidos políticos, e toda a vida de marginalização, essas mulheres foram eleitas. Para Brandalise este fato

Mostra uma mudança na postura do eleitorado que está olhando para a necessidade de ter gente diversa dentro de uma Câmara, na política institucional. Não apenas os mesmos homens brancos de sempre. E também, algo muito benéfico para a democracia, quanto mais pessoas de diferentes grupos sociais tiverem dentro do legislativo, da política, a gente vai poder pensar que os grupos sociais vão estar mais bem representados em todas as discussões. (BRANDALISE, 2020, s/p.)

Partimos para a análise do texto e pudemos constatar o que apresentamos no tópico 2.3 sobre a impossibilidade de imparcialidade no jornalismo, uma vez que os jornalistas estão sujeitos aos desdobramentos das relações de poder e ao dinamismo da vida real. A autora do texto faz afirmações que, dificilmente, alguém cisgênero em mesma posição faria. Ao relacionar a eleição de Bolsonaro com o recorde de candidaturas transexuais, diferentemente do que fizemos na abertura deste trabalho, a jornalista não deixa dúvidas que **"Em uma resposta aos ataques do presidente Jair Bolsonaro contra a comunidade, foram registradas 323 (sic) candidaturas em 2020"**<sup>29</sup>. É o jornalismo exercendo o seu poder de construir realidades e potencializar

---

29 Destacamos que a reportagem apresenta o dado de 323 candidaturas, mas não informa a fonte da informação. Neste trabalho, utilizamos os dados da Antra que mensurou 284 candidaturas transexuais e travestis em 2020 no relatório publicado e disponível no site oficial da associação.



ou silenciar discursos. Neste caso, potencializando o discurso de diversos grupos de minoria, inclusive da própria Antra. Lembremos aqui o que citamos no tópico 2.3 sobre as palavras de ordem de Mayra Gomes (2009) sobre o discurso jornalístico que não deixa espaço para questionamentos. Destacamos esse ponto porque não há evidências científicas suficientes que comprovem tal relação. Contudo, ao fazer essa conclusão considerando apenas o fator dos ataques de Bolsonaro e desmerecendo toda a trajetória de avanços da própria comunidade, parece ser real.

Já citamos Mayra Gomes (2000) e seus estudos sobre a importância das palavras na construção discursiva, logo na hierarquia de posições sociais e relevância individual. Tendo esse conceito em mente e o entendimento de Gustavo Costa (2016, p.151) sobre a personalidade política nas eleições brasileiras e o processo de identificação entre candidatos e eleitores, vemos a importância de um trecho muito específico do texto de Gabryella. Em determinado momento, ela elenca e cita os nomes, partidos e cidades de todas as candidaturas transexuais eleitas para cargo de vereança em 2020, que se tinha conhecimento até o fim da pauta. Ao fazer isso, a autora não apenas humaniza e individualiza cada candidata, como também potencializa o poder de identificação entre eleitores e representantes. Faz ecoar, pela longa lista, o sentimento de transformação da realidade e demonstra a pluralidade de pensamentos dentro da própria comunidade. Na análise anterior falávamos sobre a presença de transexuais e travestis em partidos ideologicamente de direita. Sem destacar ou fazer distinções entre estas candidaturas e as candidaturas de outro espectro ideológico, a jornalista coloca em mesmo patamar de potência histórica e transformadora estes nomes.

Ao finalizar o texto, a matéria abre espaço para Duda Salabert, a vereadora mais votada da história de Belo Horizonte. Conta um pouco da história da candidata eleita e aqui, através da Duda, faz menção à trajetória histórica de lutas da própria comunidade para ampliar seus espaços de acessos no campo político.

Duda Salabert, que obteve o resultado histórico em Belo Horizonte, afirmou que o resultado é "uma vitória da democracia". Quando uma travesti avança, toda a sociedade avança". Ela também lembrou que o resultado é fruto de uma construção política feita ao longo de muitos anos. Duda já era a 4ª mulher mais votada da história do Estado de Minas Gerais, quando concorreu ao cargo de senadora em 2018. (GARCIA, 2020, s/p.).

A escolha da jornalista por entrevistar e evidenciar a candidatura de Duda Salabert também é representativa de uma realidade de vivência transexual e travesti. A candidatura de Duda foi construída pelo seu papel fundamental como professora da educação pública em Belo Horizonte. Ser transexual e profissional da educação possibilita a Duda, quebrar paradigmas vividos por pessoas transexuais no espaço escolar. Citamos no tópico 2.1.1, através dos estudos de Berenice Bento (2008) e Guacira Lopes Louro (2014), as dificuldades enfrentadas por este grupo social para permanecer na escola e manter seus estudos em um ambiente que constrói e perpetua os diversos valores preconceituosos da sociedade. E a fala de Duda na matéria confirma a sua percepção sobre o papel estrutural-transformador exercido por ela na educação. A frase da jornalista que introduz a entrevista deixa no ar a importância das movimentações políticas em torno do incentivo e investimento em uma educação cada vez mais plural e democrática.

E a segunda-feira da nova vereadora mais votada da história da capital mineira começou como todas as outras, dando aula! Duda, que é professora da rede pública, afirmou que não irá deixar de lecionar enquanto ocupa um cargo político. "A minha atuação na sala de aula é extremamente política, a política vai complementar, mas o maior papel é na sala de aula. Eu sou professora e estou ocupando um cargo político" (GARCIA,2020, s/p.)

Ao mesmo tempo que exalta a alta performance da vereadora, o texto também evidencia a sobrecarga de responsabilidades e o nível desproporcional de exigência que é feita a esses corpos. A fala de Duda demonstra a compreensão política que ela tem da sua participação em todos esses locais concomitantemente. Diferente de quaisquer outros candidatos, que se desligam de outras funções enquanto exerce o serviço público, ela percebe que precisa seguir atuando em diversas frentes para manter viva a própria luta. Ela precisa se provar eficiente, o que só é possível com muitos indicadores de produtividade.

### **3.6.1 O extraordinário e o gênero na Língua**

16 de novembro de 2020 às 02h59 o G1, site de notícias do portal Globo, publicava matéria<sup>30</sup> elencando as 10 candidaturas que receberam mais votos nas eleições de 2020 no município de São Paulo, ocorridas no dia anterior. O título destaca

---

30 Dois transexuais estão entre os dez vereadores mais votados de São Paulo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/11/16/dois-transexuais-estao-entre-os-dez-vereadores-mais-votados-de-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

a novidade do momento: duas pessoas transexuais estavam na lista, que historicamente, contemplava políticos cisgênero, homens, brancos e de carreira nos pleitos para a Câmara de Vereadores de São Paulo. Quem são eles, para nos dizerem o que dizem, quando dizem e como dizem?

O G1, está entre os sites de notícias mais acessados do país com informações sempre atualizadas de diversas partes do país, devido ao grande número de colaboradores do Grupo Globo espalhados pelo território. A matéria é assinada por uma jornalista que atua na emissora há cerca de 10 anos na editoria de cidades do site, cobrindo política, administração pública e tragédia. Isso importa porque demonstra o grau de conhecimento das linhas editoriais do jornal. A matéria registra a posição das candidaturas no *ranking* e reposta as comemorações feitas por Erika Hilton e Thammy Miranda nas suas redes sociais. A matéria foi classificada com as tags *São Paulo* e *eleições 2020 em São Paulo*. O texto é escrito com caráter de registro e fundamenta-se nas apurações das urnas eletrônicas, segundo informado pelo TSE, e no histórico político das personalidades. Possui um vídeo no decorrer do texto que elenca e apresenta os 5 vereadores mais votados, que não contempla Erika ou Thammy, que aparecem em posições mais baixas do *ranking*.

O texto do título, apesar de contemplar o extraordinário (WOLF, 2009; SILVA; DA SILVA; FERNANDES, 2014) e, portanto, destacar a relevância do fato para virar notícia opera na manutenção do “cistema” vigente porque ele não dá nome aos candidatos. Destina a eles, unicamente o lugar de seus gêneros. Carlos Catelan (2021) ao estudar a presença do termo travesti no jornalismo e as traduções intralinguais do vocábulo, explica e demonstra a insistência de veículos em destacar os gêneros mesmo em momentos que estes não adicionam em nada no fato a ser reportado. Butler (2000) dizia que se trata de determinar que alguém é um gênero e não que tem um gênero.

Entendemos os modos de produção jornalística que busca o extraordinário para a construção da pirâmide invertida, e é justamente daí que parte a crítica. O gênero, por si só, não deveria ser fato extraordinário. Ainda com Catelan (2021), ao destacar no título o gênero e não a pessoa, o jornalismo “não mira o futuro”, em uma tradução mais empática das vivências transexuais e travestis, ele reforça o padrão que já espera dessas pessoas algo de “inusitado e fora da norma”.

A linha fina do texto busca recuperar esse ponto que destacamos acima. Contudo, é preciso entender que diferente do título da matéria, ao fazermos

compartilhamentos nem sempre a linha fina acompanha a pré-visualização. Isso faz com que muitas pessoas fiquem só com a informação presente no título.

Ao partirmos para a análise do texto, outro fato importante chamou a atenção. A jornalista descreve Erika Hilton, candidata pelo PSOL, em uma frase: "Ativista dos Direitos Humanos, Erika Hilton comemorou a vitória dela em uma rede social" (VIEIRA, 2020, s/p). Ao passo que mais abaixo faz uma longa descrição de Thammy Miranda, candidato pelo PL, envolvendo questões familiares, aparições na mídia e retrospectiva da carreira política. Não podemos esquecer que Thammy cresceu sob holofotes da mídia por causa da carreira de sucesso de sua mãe, Gretchen, isso o torna jornalisticamente relevante. Contudo, se a matéria busca falar sobre **duas** candidaturas, por que a diferenciação nas apresentações?

Levantamos dois pontos. Um deles já foi tratado aqui: não há jornalismo imparcial. As escolhas são feitas com objetivos específicos, evidentes ou não. Outro ponto, e talvez mais importante nesse trecho, é que ele coloca luz sobre a presença de uma diferenciação também de gênero mesmo entre pessoas transexuais. Nossa sociedade, permeada por diversos tipos de preconceitos, ainda é machista e patriarcal, ou seja, ainda valoriza **em extremo** a figura masculina. Ao fazer o recorte de gênero percebemos o espaço ampliado dado a personagem masculina da reportagem: Thammy Miranda.

Essa valorização se dá, inclusive, por norma gramatical da Língua Portuguesa. Por isso, o título é "Dois transexuais" e não "Duas transexuais", culturalmente valoriza-se o gênero masculino e vemos essa realidade espelhada na língua. A língua está sempre em um lugar na história (ORLANDI, 2005), ela reflete, em alguma medida, o pensamento de um povo em determinado momento. Por isso, não se pode analisar nenhum tipo de discurso descolado do contexto em que foi produzido. Assim como também se percebe a constante transformação da língua ao longo do tempo e das posições sociais e geográficas.

Nesse contexto de constante evolução e disputa política pela quebra dos preconceitos de gênero, surgem as discussões em torno da linguagem neutra<sup>31</sup>, que é uma linguagem que reivindica esse lugar de atualização da língua para respeitar as diversas formas de expressão de gênero que convivem na sociedade, tornando a

---

31 MOREIRA, Sandra Seabra. Linguagem neutra: "todes" ganha força entre especialistas. RFM Editores. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca>>; Acesso em: 24 Feb. 2022.

língua mais inclusiva e menos sexista. Não ampliamos essa discussão aqui, mas pontuamos para destacar que ainda temos muito a avançar, linguisticamente, nos assuntos de inclusão. Ainda que o próprio termo **linguagem neutra** seja por si só discutível, uma vez que não há linguagem inocente, inconsciente ou desprovida de intencionalidade.

Analisamos ainda que algumas técnicas de produção jornalística, por vezes, contribuem e acabam sendo responsáveis por naturalizações não inclusivas nas produções. Como todo conjunto de normas, elas são produzidas por pessoas que detinham certo poder na hierarquia de produção quando foram criadas, por isso, diversas delas perpetuam a cisheteronormatividade no discurso jornalístico. No caso da matéria analisada, por exemplo, pensamos que o limite de caracteres para títulos acabou sendo um fator que impediu a jornalista de explicar melhor o assunto que seria abordado e até de identificar as personagens, o que gerou esse conflito de gênero que mencionamos anteriormente.

Apesar dos pontos já citados, é preciso ressaltar que há detalhes no texto que apontam avanços da produção jornalística na construção de matérias com personagens transexuais e travestis. Não há menções em gêneros equivocados, nomes de nascimento e não percebemos usos pejorativos de termos vinculados às expressões de gênero das personagens, o que Catelan (2021) mostrou ser algo recorrente da prática jornalística ao tratar de pessoas transexuais e travestis. Ou seja, ainda que tenhamos percebido resquícios de preconceitos nas construções discursivas da matéria, de alguma maneira ela, parafraseando Plaza no texto de Catelan, mira o presente.

Percebemos ao longo da análise que há uma relação de ambivalência nas aparições de *personas* políticas de pessoas transexuais e travestis no jornalismo. Há uma mistura de percepção de adoração e aberração. Nessa linha, Jup do Bairro (2020) questiona o papel da cultura e das produções de sentido nas percepções de gênero e da liberdade de ser e estar ao escrever “O que pode um corpo sem juízo?”. No contexto desta pesquisa, ao mesmo tempo que pessoas transexuais e travestis se tornam relevantes para virarem notícia, e assim são adoradas pelas lentes e pelos textos repercutindo nos índices de audiência, elas só se tornam a partir de fatos extraordinários. Com um texto mais humanizado que em outros tempos, sem dúvidas, mas ainda assim com um olhar de espanto pelo desenvolvimento e alcance da pauta no campo político.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa pudemos perceber que os discursos veiculados pelos sites Globo e Uol em torno das candidaturas transexuais e travestis nas eleições municipais de 2020 podem ser caracterizados como plurais e diversos, apesar de evidenciar ainda aspectos preconceituosos da sociedade. As retóricas, mais humanizadas que as percebidas em outros trabalhos citados na análise, ainda assumem as expressões de gênero como fator de destaque para tornar tais candidaturas pautas jornalísticas, fazendo-as ocupar lugares de exceção à regra/norma e diminuindo seu alcance ao tratar delas apenas em editorias específicas. A partir disso, entendemos que concepções cisheteronormativas ainda exercem grande influência nos processos de produção de notícia, que tem como base um conjunto de técnicas produzidas por elites intelectuais através do tempo e, portanto, acabam por não espelhar os debates intensificados sobre gênero e diversidade do mundo contemporâneo.

Entretanto, é preciso mencionar que há estratégias no desenvolvimento das pautas que atuam com objetivos diferentes e buscam abrir espaços para que pessoas transexuais e travestis contem suas próprias histórias, aumentando assim a representatividade, garantindo a diminuição dos aspectos preconceituosos das narrativas. Destacamos as parcerias editoriais que possibilitam a profissionais do jornalismo, focados em áreas de inclusão e diversidade, publicarem em veículos grandes como o Uol e o Globo. Ao mesmo tempo que é um avanço, precisamos perceber a baixa participação destas pessoas como profissionais contratados fixos destes veículos que reflete na não alteração da cultura das empresas e numa representatividade pontual, com dias específicos a acontecer. Inclusive, essa é uma das perguntas deixadas por esse trabalho para futuras pesquisas: a mensuração de pessoas transexuais e travestis nas redações jornalísticas.

Outras perguntas foram geradas a partir da pesquisa, e esperamos que sejam respondidas em outras produções, para ampliarmos o conhecimento científico das vivências transexuais e travestis na política brasileira. Questionamentos como: quais ideias estão sendo formuladas sobre este grupo social em mídias específicas? Quais mecanismos a hegemonia cisheterossexual utilizam na comunicação para manter esse grupo na marginalidade? Que espaço sobra (se sobra) para tratar sobre a vida, e não a morte, destas pessoas? Quando e como o jornalismo fala sobre as efetivas

lutas por representatividade a partir da diversidade? Como a expressão de gênero impacta na conquista de capital político? Quais estratégias influenciam para o posicionamento de pessoas transexuais se converter em votos? As narrativas transexuais e travestis, mesmo que negativas e violentas, se convertem em efetiva audiência? Quais aspectos diferenciam a audiência de pautas positivas e negativas?

Como último ponto, vale ressaltar que a presença política e a representatividade são fatores que a nossa pesquisa mostrou serem importantes para a humanização e conquista de direitos da população transexual e travesti. Como vimos, o tema ganhou amplitude há poucos anos, sendo inclusive discutido em produtos da cultura nacional (especiais na Globo, debates em programas de variedades em diversos canais, também atualmente a participação de Linn da Quebrada no BBB - 2ª trans a participar do maior *reality show* do país em 20 anos). O ponto mais importante é percebermos que no jornalismo essa amplitude se intensificou e tornou-se mais evidente após as eleições de 2020 que possibilitou as mandatas transexuais e travestis a terem um espaço como fonte oficial de informação da administração pública e, com isso, falar por si mesmas demandando respeito a suas existências. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, enquanto sociedade e setor de comunicação e jornalismo, mas podemos dizer que via política e efetiva representatividade, esse caminho tem se tornado cada vez mais curto.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE IRINEU, Bruna; FROEMMING, Cecília; NAVAS, Kleber. (2010). Gênero e Sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**. nº especial. 161-172.

**ANTRA**, Rio de Janeiro, RJ; BOLETIM Nº002-2021, 05 de julho de 2021. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>>. Acesso em: 10 Oct. 2021

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/>>. Acesso em: 25 Aug. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CATELAN, Carlos. **TRAVESTI, TOPIA IMPLACÁVEL E DESORDEM VOLUPTUOSA: As traduções intralinguais do jornalismo e a reapropriação do termo como ação política**. Universidade Federal do Pampa. São Borja, 2021.

**Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.): **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, 2. ed., 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

Eleições 2020. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/eleicoes2020/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

Em 2020, TSE ampliou atuação nas redes sociais e alcançou número recorde de seguidores — Tribunal Superior Eleitoral. **Tse.jus.br**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Janeiro/em-2020-tse-ampliou-atuacao-nas-redes-sociais-e-alcancou-numero-recorde-de-seguidores-1>>. Acesso em: 13 Sep. 2021.

EMPOLI, Giuliano Da: **Os engenheiros do caos**; trad. Arnaldo Bloch. 1.ed.;3. reimpr. São Paulo: Vestígio, 2020.

Estatísticas Eleitorais — Tribunal Superior Eleitoral. **Tse.jus.br**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 9 Sep. 2021.

FOUCAULT, M.: **Vigiar e punir**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.



FUSER, Igor: **Mídia e política na teoria da “democracia de platéia” de Bernard Manin**, 2011. Disponível em: <[http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt\\_ipp-igor.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_ipp-igor.pdf)>. Acesso em: 13 Sep. 2021.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**, 2000.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo: po (SCHNEIDER)der disciplinar**. Revista Kairós, São Paulo, Caderno Temático 6, dez, 2009.

GONÇALVES, Gean: A fantástica reportagem sobre Suzy: Jornalismo, subjetividade, sujeição e afeto seletivo. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, **18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2020.

GONZALEZ, L. **A democracia racial: uma militância**. Revista Uapê – Revista de Cultura. Nº 02, 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo SEAF, 1985).

GREEN, James N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M.(orgs): **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2018.

HAIDER, Asad: **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Trad. Leo Vinicius Liberato - São Paulo: Veneta, 2019. (Coleção Baderna)

HUNTY, Rita von; **“Rita Von Hunty | #Provoca | 25/01/2022.”** YouTube, 26 January 2022, <[https://www.youtube.com/watch?v=Sru\\_iq\\_6ybg](https://www.youtube.com/watch?v=Sru_iq_6ybg)>. Acesso 2 March 2022.

LOURO, Guacira Lopes: **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACHADO, A.; DIAS, M.S.M. A última morte de Lourival: a cisgeneridade como metanarrativa sobre os corpos no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia** v.18, n.1, jan./jun. 2021, p.55-67.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista FAMECOS**, nº 36. Porto Alegre, agosto de 2008, p.24-39.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral**. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <[https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXYWXMOTM6JSBQB\\_BT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQB_BT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2021.

MOREIRA, Sandra. **Linguagem neutra: “todes” ganha força entre especialistas**. RFM Editores. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca>>;. Acesso em: 24 Feb. 2022.

MOREIRA, Sandra. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.): **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, 2. ed., 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

NÚMERO, Gênero e. Uso de nome social no Enem salta 450% em relação a 2019. CartaCapital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/uso-de-nome-social-no-enem-salta-450-em-relacao-a-2019/>>. Acesso em: 2 Sep. 2021.

OMS divulga nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11) - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Paho.org. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/18-6-2018-oms-divulga-nova-classificacao-internacional-doencas-cid-11>>. Acesso em: 8 Sep. 2021.

ORLANDI, Eni P.: **Análise do Discurso**, 5.ed.:Pontes, 2005.

Pelo menos 75 LGBTs tiveram vitórias nas eleições de 2020. Veja a lista. Metrôpoles. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2020/pelo-menos-75-lgbts-tiveram-vitorias-nas-eleicoes-de-2020-veja-a-lista>>. Acesso em: 10 May 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana: **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. -- São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

PODER360. **Entenda o que é o Centrão, bloco que Bolsonaro tenta atrair para o governo**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/entenda-o-que-e-o-centrao-bloco-que-bolsonaro-tenta-atrair-para-o-governo/>>. Acesso em: 20 Feb. 2022.

PODER360. **“PoderDataCast #15: o papel de líderes religiosos nas eleições.”** YouTube, 29 January 2022, <<https://www.youtube.com/watch?v=SWw5twOAd74>>. Acesso em: 02 Mar. 2022.

POLITIZE. **Movimento LGBT: a importância da sua história e do seu dia** | Politize! Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>>. Acesso em: 07 Aug. 2021.

POLITIZE. **O poder emana do povo? Conheça a democracia representativa** | Politize! Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/democracia-representativa-de-fato-nos-representa/>>. Acesso em: 23 Sep. 2021.

Resultados Anteriores - Google Drive. Google.com. Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/1gXrgDs4oThSCKJ1Nv2Lpp1F\\_NGjzti1D](https://drive.google.com/drive/folders/1gXrgDs4oThSCKJ1Nv2Lpp1F_NGjzti1D)>. Acesso em: 10 May 2021.

**Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 147-186.

RIBEIRO, Thayguara, 2022, s/p. **Entenda as federações partidárias, modelo que estreia nas eleições deste ano**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/entenda-as-federacoes-partidarias-modelo-que-estrela-nas-eleicoes-deste-ano.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 22 Feb. 2022

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa: Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. 2016, n. 21.p. 147-186. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220162105>>. Acesso em: 16 sep.2021

SCHNEIDER. “**As definições nos definem? | Maite Schneider.**” YouTube, 5 September 2021, Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=eGfP\\_hrxabc](https://www.youtube.com/watch?v=eGfP_hrxabc)>. Acesso em: 02 March 2022.

SILVA, G., DA SILVA, M. P., FERNANDES, M.L. (orgs). **Crêterios de noticiabilidade - problemas conceituais e aplicaçôes**. Florianópolis: Insular, 2014.

SPINILLO, Luana. **Resoluçã 01/2018 - CFP**. CFP. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/>>. Acesso em: 8 Sep. 2021.

STUMPF, Ida. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.): **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, 2. ed., 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

Veja quais são os sites mais acessados no Brasil. **Canaltech**. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/internet/veja-quais-sao-os-sites-mais-acessados-no-brasil-38887/>>. Acesso em: 10 May 2021.

VOTO COM ORGULHO – RESULTADOS - Aliança Nacional LGBTI. **Aliança Nacional LGBTI - Pela Dignidade e Direitos LGBTI+**. Disponível em: <<https://aliancalgbti.org.br/voto-com-orgulho-resultados/>>. Acesso em: 10 May 2021.

WOLF, M. **Teorias das comunicaçôes de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

## ANEXO A – Candidaturas trans disparam em todo país para garantir a defesa de pautas



Plural é um projeto colaborativo do UOL com coletivos independentes, de periferias e favelas para a produção de conteúdo original

Candidaturas trans disparam em todo país para garantir a defesa de pautas



Imagem: Patrick Mendes

Thaynara Santos  
Colaboração para Ecoa, do data\_labe  
14/11/2020 04h00

"Um corpo sem juízo que não quer saber do paraíso. Mas sabe que mudar o destino é o seu compromisso". Aos 13 anos, quando compôs "Corpo sem Juízo", a cantora Jup do Bairro buscava expressar a sensação de não pertencer a si mesma, questionamento feito por tantas pessoas trans diante das imposições sociais de gênero.

Enquanto a artista da zona sul de São Paulo reivindica seu direito à vida em verso e melodia, outras centenas de travestis e transexuais de todo o Brasil se filiam a partidos políticos. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) mapeou um aumento de 215% de candidaturas trans em 2020: de 89 concorrentes nas eleições de 2016 para 281 nas disputas eleitorais que acontecem no próximo domingo (15). No país onde a população trans ainda vive à margem do acesso às políticas públicas, surgem representantes que poderão reformular o atual quadro de exclusão.

PUBLICIDADE



Benny Briolly faz parte deste time de estreadores, mas não imaginava que voltaria às mesmas ruas onde trabalhou como camelô para, em vez de clientes, persuadir o eleitorado a vereadora. Orgulhosamente negra, travesti e favelada, ela é a primeira candidata trans de Niterói e conhece bem a Casa Legislativa do município que fica na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em 2017, Benny já havia rompido paradigmas ao se tornar a primeira assessora parlamentar trans da Câmara, pelo mandato da agora deputada federal Talíria Petrone (PSOL).



Benny Briolly é candidata a vereadora de Niterói pelo PSOL  
Imagem: Patrick Mendes

"Na Câmara, atuei na Comissão dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Participo do coletivo Orgulho e Luta Trans (OLT), que ajudei a fundar para debater e propor mudanças na vida da população trans e travesti de Niterói e São Gonçalo. Junto à OLT, organizei encontros de travestis na favela, rodas de conversa sobre saúde e trabalho, e ações solidárias que garantiram cestas básicas para as travestis durante a pandemia".

Foi no curso de jornalismo em que Benny se encantou pela política, após um protesto de alunos contra o aumento das mensalidades, até se aprofundar nas lutas de igualdade de gênero e raça e se aproximar do PSOL. A niteroiense do Morro da Penha acredita que a ampliação das candidaturas tem relação direta com a organização política em movimentos sociais e nos partidos que contribuíram para dar mais visibilidade às pautas da população trans. Benny também defende que estes espaços sejam cada vez mais ocupados.

"[O aumento de candidaturas] surge da necessidade de termos nossas pautas e reivindicações defendidas por pessoas que tenham nossos corpos, que carregam na vivência a experiência de ser marginalizado dos processos de decisão. Somos o país que mais mata pessoas trans no mundo, e isso requer uma tomada de posição também". Nos dez primeiros meses de 2020, 151 pessoas trans foram assassinadas, 27 casos a mais do que o total registrado em 2019.

Meus olhos cansados se abrem pra um novo dia  
Engulo a saliva da minha própria rebeldia  
E quem diria que um dia cê me ouviria falar?

Aliado ao engajamento ativo das pessoas trans, outros três fatores podem ter contribuído para o recorde de candidaturas de 2020, conforme avalia a secretária de articulação política da Antra, Bruna Benevides. O primeiro marco teria sido em 2018, com a autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o uso do nome social nas candidaturas e inserção no título de eleitor, o que provocou, no mesmo ano, o cadastro de 534 eleitores. Meses depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que transexuais e travestis têm o direito de alterar seu nome no registro civil sem precisar se submeter ao procedimento médico de redesignação sexual ou pedir autorização judicial. No ano seguinte, a Resolução 23.609/2019 do TSE permitiu às mulheres trans concorrer às cotas femininas dos partidos políticos, reforçando que a reserva de vagas considera gênero, isto é, a forma como a pessoa se identifica, e não os órgãos genitais com os quais nasceu. Para Bruna, a possibilidade de se candidatar com o nome que as representa faz toda a diferença.





Bruna Benevides é militar, pesquisadora e secretária de articulação política da Antra  
Imagem: Arquivo pessoal

"A gente vive numa sociedade muito legalista, então mesmo sendo uma mulher trans, é como se isso só tivesse validade a partir de um documento que diz isso. Conheço pessoas que não solicitaram o [auxílio emergencial](#) porque [no cadastro] não tinha o campo do nome social. Após o TSE abrir essa possibilidade [do uso do nome social], inclusive com a participação no fundo feminino, [isso funciona] exatamente porque está institucionalizado, podemos diminuir o enfrentamento, pelo menos em partes, porque a gente sabe que tudo o que puder ser feito para excluir, vai ser feito".

Ninguém quer conhecer, se preocupar pra quê?  
Nesse caminho falho eu não ganho o que mereço receber

Com as candidaturas lançadas, outros desafios surgem. O Mapeamento de Candidaturas de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Demais Pessoas Trans publicado pela Antra aponta que entre as 63 candidaturas entrevistadas, 74% afirmaram que o apoio dos partidos, seja material, pessoal ou financeiro, é insuficiente.

Imagem: Data\_label

E não é apenas nos partidos que as candidaturas encontram obstáculos. Gilmara Cunha, que disputa uma cadeira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo PT, salienta o quanto é difícil ser vista como uma representante possível pela sociedade, mesmo pelas pessoas que se dizem progressistas.

"A população ainda nos vê como alguém que não tem intelectualidade suficiente para ocupar esse lugar. Tenho percebido na minha candidatura o quanto esse corpo é rejeitado quando as pessoas pegam o panfleto, leem 'mulher trans' e isso gera um bloqueio, porque elas estão acostumadas com uma Câmara com mulheres e homens cisgênero e heteronormativos. A gente visibiliza os corpos trans, mas não os queremos nos espaços de decisão. Até mesmo aquelas que se dizem de esquerda, progressistas, falam 'tô com você!', mas uma coisa é você dar tapinha nas costas, outra é ir lá e votar".





Gilmara Cunha é candidata a vereadora do Rio de Janeiro pelo PT

Imagem: Arquivo pessoal

Gilmara iniciou sua trajetória na política, em 1999, aos 15 anos, quando ingressou no movimento LGBTQI+ em busca de políticas públicas mais inclusivas. Em 2006, fundou o grupo Conexão G, na Favela da Maré, zona norte do Rio, onde vive, junto a outros jovens insatisfeitos com o preconceito vivenciado em casa e nos espaços públicos. Hoje a organização atua na promoção de Direitos Humanos e da saúde da população LGBTQI+ nas favelas. Tendo 21 de seus 36 anos de idade dedicados à causa, Gilmara acredita que, mais do que resultado das cotas de gênero, as candidaturas trans são reflexo de um posicionamento de resistência e avalia que o cenário atual ainda representa travestis e transexuais de forma desproporcional.

"Não considero um aumento. Temos 484 candidaturas LGBTQI+, porém 4% são de mulheres e homens trans. É a mesma coisa que a gente comemorar a primeira travesti doutora. Não é um avanço. Se a gente tem milhões de mulheres travestis, transexuais e homens trans no Brasil e só uma doutora, é preocupante. Onde está o problema? Nos espaços escolares, pois são excludentes".

"É como lançar à própria sorte e não ter direito igual"

A presença cada vez maior da população trans na política partidária leva ativistas a discutirem se a representatividade por si só é eficaz. Isso porque os partidos de direita detêm 38,5% das candidaturas de 2020. Militar e pesquisadora, Bruna Benevides argumenta que se candidatar em partidos que são contra pautas de Direitos Humanos é contraditório.

"[Há partidos que] seja no discurso, por falta de ações ou omissão, ou pior, por proposição de projetos de lei que ferem os direitos das próprias pessoas trans. É uma representação que não representa, sempre tutelada, limitada às decisões partidárias e às pessoas que realmente têm o poder de decisão. Então, é óbvio que uma pessoa trans em um partido de direita contra a identidade de gênero não vai conseguir aprovar projetos de lei ou qualquer outro projeto pró-LGBTI+".

A ativista lembra que antes de governos mais progressistas assumirem, a maioria das candidaturas LGBTQIA+ pertenciam a partidos de direita, geralmente "pessoas que tinham poder aquisitivo, tiveram oportunidade de estudar, que eram brancas ou que estavam alinhadas com a branquitude". Apesar da crítica, Bruna compreende os motivos que podem levar as pessoas trans a procurarem ou aceitarem convites de legendas conservadoras e cita a polarização e a necessidade de aceitação como alguns deles.



"Há uma criminalização de determinados movimentos, então dizer que luta pelos Direitos Humanos é visto como algo negativo neste cenário de polarização. Vejo pessoas tentando escapar desses rótulos. Somos plurais! Tem pessoas trans conservadoras, bolsonaristas, e isso é preocupante, porque se a gente for estudar sobre a constituição da direita e da esquerda, a gente vê realmente que na direita não cabem os trabalhadores, as prostitutas, as pessoas negras, as pobres, etc. Então, se colocar nesse lugar, é uma aventura que pode ser positiva para a pessoa, mas não para o coletivo".

Como solução, a ativista sugere a "inserção de pessoas trans no debate coletivo, para que entendam que não é só disputa política, e sim um compromisso com a coletividade, pautando uma agenda progressista que não cabe em muitas formas com as quais a direita escolheu operar".

"Meu corre é longo, mais um pulo chego onde quero chegar"

Benny e Gilmará exemplificam o perfil das candidaturas trans do Brasil em 2020: mulheres negras e faveladas, que fogem das recorrentes estatísticas de violência, baixa expectativa de vida e dificuldade de exercício da cidadania, para ressignificá-las. O desafio, no entanto, não é de responsabilidade exclusiva das pessoas trans. Ao contrário, requer o envolvimento de toda a sociedade e a reformulação de escolhas políticas que superam as questões de gênero.

Gilmará defende que as questões de raça e classe precisam estar na pauta das candidaturas trans. A petista propõe que a favela seja entendida como parte da cidade e, por isso, merecedora dos direitos que chegam apenas no asfalto.

"As pessoas de classe média e brancas usufruem de todos os direitos humanos básicos, e nós, moradores de favela, ainda não. O único direito que a gente tem é a segurança pública, que é dito uma guerra contra as drogas, que nada mais é do que uma guerra contra os pobres, negros e favelados. Por mais que outras pessoas do movimento LGBT reivindiquem o casamento e a adoção, nós estamos reivindicando a vida, a existência".

Na linha de frente de sua própria história e, agora, como opções de voto nas urnas brasileiras, Gilmará, Benny, e as travestis e pessoas trans do país gritam os versos de Jup do Bairro: "Mas eu resisto, eu insisto, eu existo!"

Clipe de Jup do Bairro, com produção de BadSista



## ANEXO B – Quem é o ator transexual Thammy Miranda, garoto propaganda da campanha de Dia dos Pais da Natura

ASSINE

EMPRESA

### Quem é o ator transexual Thammy Miranda, garoto propaganda da campanha de Dia dos Pais da Natura

Pré-candidato a vereador, Thammy diz que transexualidade é missão divina: "Quero que a direita entenda e discuta diversidade"

13 min de leitura

Ouçã ▶ ○

BBC News Brasil

02 Ago 2020 - 09h48 | Atualizado em 02 Ago 2020 - 12h52

Canva Design



"Não vou me definir como comunista, nem conservador, nem nada. Sou progressista", diz Thammy à BBC News Brasil (Foto: Thammy Miranda via BBC)

BBC NEWS

Ameaças de boicote, palavrões e ofensas chegaram ao tipo dos assuntos mais discutidos nas redes sociais nesta semana depois que o ator e empresário Thammy Miranda, de 37 anos, virou garoto propaganda de uma campanha de Dia dos Pais.

Figuras como o pastor Silas Malafaia e o deputado federal Eduardo Bolsonaro disseram que Miranda não poderia ser pai do pequeno Bento, de 6 meses, pelo fato de ele ser um homem transexual. Influencers conservadores convocaram seguidores a nunca mais comprarem produtos da Natura, responsável pela ação.

Os ataques foram um sucesso para a Natura, cuja ação se

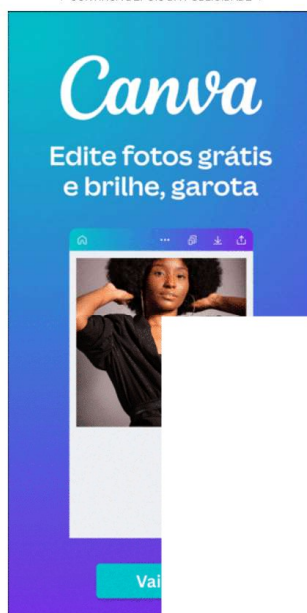
"É engraçado que os haters acabaram fazendo tudo isso. As pessoas que são contra é que deram essa visibilidade toda", avalia o filho da cantora Gretchen em entrevista à BBC News Brasil.

Em meio aos ataques religiosos, ele diz que "tudo o que toca é próspero".

"Sou muito temente a Deus e acredito que ele não faz nada em vão. Se vim como vim ao mundo, com certeza eu tenho uma missão."

Enquanto aproveita a repercussão e mensagens públicas de apoio de personalidades como o ator Bruno Gagliasso e o youtuber Whindersson, Thammy vê crescimento recorde em sua redes sociais - só no Instagram, ele tem quase 3 milhões de seguidores.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼



Mas a visibilidade também se reflete na pré-candidatura a vereador em São Paulo pelo Partido Liberal. Ele tentou em 2016 pelo PP, de Paulo Maluf, mas não se elegeu com 12,4 mil votos.

"Inclusive dentro desse partido eu fundei o núcleo de diversidade. Na esquerda já se fala sobre isso, já entendem sobre isso. Na direita não e é lá que a gente tem que conquistar o nosso espaço", diz, afirmando que não é "comunista, nem conservador, nem nada".

"Sou progressista."

Em 2014, já conhecido em todo o país, Thammy anunciou ser um homem transexual e começou um processo de transição sob os holofotes da imprensa e das páginas de fofocas.

ficam vendo em que banheiro vou entrar eu já estou militando", diz.

A palavra mais repetida por Thammy em toda a entrevista é "representatividade". A reportagem pergunta se, para além da campanha externa de Dia dos Pais, a Natura tem funcionários e políticas para transexuais "da porta para dentro".

"Não sei."

Veja os principais trechos da entrevista:



Thammy e a esposa Andressa Ferreira com o filho Bento, que nasceu em janeiro (Foto: Thammy Miranda via BBC)

BBC News Brasil - O que esse episódio diz sobre o Brasil, sobre a nossa sociedade em 2020?

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

Thammy Miranda - A gente ainda tem uma educação muito retrógrada e precisa investir na educação das nossas crianças para termos seres humanos melhores daqui para frente. Eu não estou lá só para representar um nicho e pronto. A Natura não quis dizer que eu sou a imagem de um pai perfeito e que tem que ser aquele pai. Estou representando os homens trans, as mais de 12 milhões de mulheres que são mães solteiras no Brasil, as mais de 5 milhões de crianças que não tem o nome do pai na certidão de nascimento.

Agora, se eu não represento um certo nicho, não tem problema algum. Outros homens foram contratados pela marca para representar os que não se sentem representados por mim. Mas existe uma grande massa que se sente representada por mim não só pela questão da imagem de homem, mas da imagem de pai presente, carinhoso, atencioso, que zela pela educação do filho, cuidadoso com a

no exterior.

Thammy Miranda - Segundo as ONGs dizem, é praticamente um transexual por dia.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

BBC News Brasil - Você é um caso fora da curva nesse universo de transexuais. Muita gente tem muita dificuldade para entrar no mercado de trabalho, sofre estigma a ponto de precisar sair de casa, ir para a rua. Você é casado, tem um cachorro, agora tem um bebê, sua mãe está sempre em casa. Não é a realidade da maioria.

Thammy Miranda - Não é a maioria. Sim. Eu tenho consciência disso e por isso minha responsabilidade de levar voz para essas pessoas é cada vez maior.

Na questão da educação, a gente precisa dar atenção para isso porque muitos transexuais não chegam a ser educados porque saem da escola, porque o nome social não é respeitado. Eles passam bullying e aí deixam de estudar. Não estudando, não se formam, não têm uma profissão, e acaba como uma bola de neve. Eles ficam à margem da sociedade.

BBC News Brasil - Felipe Neto narrou as ameaças que tem recebido no Jornal Nacional. O episódio Natura não é um caso isolado, há ofensas constantes contra você. Que tipo de ataque costuma receber?

Thammy Miranda - Eu procuro não ler esse tipo de coisa, porque são coisas que fazem muito mal para a gente. Procuro não absorver pela minha saúde mental, até porque eu preciso estar bem para poder cuidar da minha família, do meu filho. Tenho uma equipe que prontamente apaga estes comentários. Às vezes, quando não são tão ofensivos e precisam de informação, eles me passam e aí eu respondo a título de informar essas pessoas.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

permito que minha família leia e sinta isso. Isso não faz parte da gente, e da nossa casa. Minha forma de militar vai ser outra, vai ser através de conversa, educação, amor. Eu não vou ficar rebatendo pessoas que estão me agredindo.

A gente dá aquilo que a gente tem de melhor dentro da gente. E se o melhor dessas pessoas é tão ruim, é delas, não meu, e eu não vou pegar para mim. Vou oferecer o que tenho de melhor e prefiro fazer assim pela minha saúde mental.

BBC News Brasil - As ações da Natura subiram mais de 10%, com valorização de mais de R\$ 1 bilhão, segundo a Forbes. Isso em meio a notícias falsas que diziam que boicotes teriam abalado a empresa. Como vê esse fenômeno tão desconectado das redes sociais na Bolsa?

Thammy Miranda - Vejo que os investidores têm uma visão ampla. O mundo está mudando, o respeito está sendo meio que obrigatório, as pessoas não têm mais opção de não respeitar as outras. Acho que estão investindo nisso, em respeito, em ver que uma marca está ampliando horizontes e mostrando representatividade. Acho que outras marcas deveriam pensar em várias outras representatividades.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

Nunca vimos um deficiente físico fazendo propaganda, de margarina ou do que for. Vimos recentemente super-heróis negros. A criancinha negra se identifica com isso. O deficiente físico também se identifica. Precisa mais dessa representatividade e eles estão enxergando isso.

BBC News Brasil - Você fala bastante da importância de representatividade e esse é um tema fundamental para diferentes grupos. Você se interessou ou chegou a perguntar como são as políticas da Natura em relação aos seus próprios funcionários - eles têm muitos transexuais lá dentro? Como lidam com este público?

Thammy Miranda - Então, eu não sei se têm de fato transexuais trabalhando lá dentro. Mas sei que eles já apoiam essa causa há um tempo. Tem uma propaganda deles de 2017 que fala sobre toda as formas de ser homem e aparecem vários, inclusive um transexual. Eles já conversam sobre isso há um tempo. Agora, se há transexuais trabalhando na empresa, eu não sei.

BBC News Brasil - Pergunto porque há pessoas apelando para argumentos inaceitáveis, ataques injustificáveis, mas também

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

Thammy Miranda - Sim. Importantíssima. Inclusive é excelente saber disso porque eu vou procurar, sim. Acho muito legal, muito bacana.

Várias empresas com quem eu já trabalho, inclusive farmácia de manipulação, vou te dar o exemplo, têm essa representatividade. Até pediram minha ajuda para que eu publicasse um anúncio de que eles gostariam de contratar pessoas trans.

BBC News Brasil - Você é alguém com uma trajetória particular porque a sua transição foi televisionada. O Brasil acompanhou o antes e o depois, assim como aconteceu com a (cartunista) Laerte. Você ganhou muito mais visibilidade depois. Como essa hipervisibilidade influencia o seu cotidiano e esta nova etapa, Thammy pai?

Thammy Miranda - Eu sou muito temente a Deus e acredito que ele não faz nada em vão. Se vim como vim ao mundo, com certeza eu tenho uma missão. Se ele me tornou alguém tão conhecido, com tanta visibilidade, ele deve ter um propósito para que a gente possa levar essa voz para mais lugares.

Acredito que Deus tenha uma missão na minha vida porque é inacreditável, tudo o que eu toco, tudo que chega até mim é próspero, é bom, é leve. Deus tem um propósito em relação a isso para a gente levar isso para mais pessoas e elas comecem a entender que é normal, que existem pessoas diferentes e que precisam ser respeitadas como qualquer um. Somos todos seres humanos, independente da condição, escolhas, cor. Somos seres humanos e só isso tem que ser respeitado, mais nada.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

Thammy Miranda - É a melhor sensação do universo. Eu me emociono só de olhar para ele. Eu chego em casa, olho para ele e dá vontade de chorar. É um amor que não dá para explicar em palavras. Mesmo com todas as mudanças na nossa vida. Porque antes era só eu e Andressa, a gente fazia o que queria na hora que queria. E agora tem esse serzinho que bagunçou a nossa vida, mas que é a melhor coisa do universo, um amor que preenche e é uma responsabilidade gigantesca. Tenho um pouco de medo dessa responsabilidade, porque quero que ele seja um ser humano bacana, bom caráter, do bem. É bom demais.

Eu dou banho no bento, eu troco fralda, faço ele dormir. Paro no meio do dia meu trabalho para brincar com ele. A gente teve esse privilégio de estar numa pandemia - por esse lado, a pandemia para a gente foi boa porque estamos em casa com ele o tempo todo podendo acompanhar cada minuto da vida dele.

Eu não julgo os pais que têm sua vida de trabalho e saem para trabalhar às 6h e volta às 21h. O cara tem que trabalhar para botar o sustento dentro de casa. Agora, se ele tirar meia hora do tempo dele depois que chegar em casa para ficar com o filho, dar carinho e atenção e ser só daquela criança naquele momento, já cumpre todas as necessidades e isso é importante.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

BBC News Brasil - Como é sua relação com a militância trans no Brasil? Há diversos movimentos. Você é próximo?

Thammy Miranda - Eu faço a minha militância. Minha militância é desde a hora que acordo. Quando vou para a rua, estou militando. As pessoas me conhecem. Quando vou a um restaurante e as pessoas ficam vendo em que banheiro vou entrar, eu já estou militando. Quando me imponho pedindo respeito e que as pessoas me tratem no masculino, já estou militando.

Tenho vários trabalhos também em conjunto, por exemplo, com trans mulheres. Tenho um grupo no WhatsApp de trans homens, que a gente acolhe, faz um trabalho com o grupo. Temos rodas de conversa com homens e mulheres trans, a maioria homens nesse grupo, mas mulheres são muito bem-vindas. A gente faz esse trabalho "em off". Porém, minha militância é da hora que eu acordo à hora que eu vou dormir.



Thammy Miranda - Não, ser um homem trans é a minha realidade. Ser um homem trans é o que eu sou.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

BBC News Brasil - Muita gente lendo a gente agora deve estar nos chamando de comunistas nas caixas de comentários. É um termo que aparece muito em reportagens sobre questões ligadas a gênero e identidade. Como você responde a esse tipo de associação?

Thammy Miranda - Não respondo. Acho que não tem que definir se você é comunista, se é isso ou aquilo. As pessoas não tem que achar, não é achismo. As pessoas não têm expor sua opinião sobre tudo que vêem. Se não concordam, vão atrás de quem concordam.

Não vou me definir como comunista, nem conservador, nem nada. Sou progressista, sou para frente, quero que o Brasil e o ser humano evoluam e que as pessoas sejam melhores, independente de questão política.

BBC News Brasil - Você não se coloca como alguém de esquerda ou direita, portanto.

Thammy Miranda - Não me coloco.

BBC News Brasil - Talvez algumas pessoas não saibam da sua carreira política. Você já foi de alguns partidos, era recentemente assessor parlamentar em São Paulo e recentemente abriu mão disso em meio à pandemia. Pode explicar o que aconteceu?

Thammy Miranda - Não aconteceu nada.

BBC News Brasil - Li que você abriu mão e queria entender o que isso significa.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

vou concorrer a um cargo público, a vereador por São Paulo. Então eu nem poderia estar lá mais. Eu preferi dessa forma, já que em algum momento eu teria que me afastar, preferi me afastar antes, já que estaria em uma pandemia dentro de casa. Foi uma opção minha.

Sobre estar em alguns partidos, já estive até em alguns partidos considerados de direita.

BBC News Brasil - O PP, de Paulo Maluf.

Thammy Miranda - Isso, o PP. Inclusive dentro desse partido eu fundei o núcleo de diversidade. Eu acredito nisso. Na esquerda já se fala sobre isso, já entendem sobre isso. Na direita não e é lá que a gente tem que conquistar o nosso espaço. Lá que a gente tem que ensinar eles a nos respeitar de fato. Quando formei o núcleo da diversidade lá, ele foi respeitado, eles me respeitavam lá dentro, me tratavam da forma que eu considero justa. Para mim, foi uma conquista ter um núcleo de diversidade em um partido tido como de direita.

BBC News Brasil - Você quer ser de alguma forma um porta-voz na direita?

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

Thammy Miranda - Não na direita. Não quero me definir de direita e esquerda. Quero que a direita fale sobre isso também. Quero que eles entendam, discutam sobre isso também. Que tenham espaço para isso lá também. Para que eles conheçam, saibam que não precisa ter esse desrespeito e que a gente se respeitando pode estar na direita, na esquerda, no centro, onde quer que seja. Vamos nos respeitar e ok, independente do direcionamento político.

BBC News Brasil - Há pouquíssimas pessoas LGBTQs à direita, à esquerda, vê-se algumas, também pouco representadas. À direita, me vem à cabeça Fernando Holiday, vereador também em São Paulo. Ele, para você, cumpre esse papel?

Thammy Miranda - Acredito que sim. Apesar de que ele saiu do DEM e não sei para onde ele foi [em março deste ano, Holiday se filiou ao Patriota]. Porém, acho que ele faz, sim, essa função também, mas não tanto na questão dos LGBTQs.

BBC News Brasil - Seu trabalho já começou? Como é a rotina de pré-candidato?

Thammy Miranda - Minha rotina de pré-candidato é minha rotina de vida normal. Sigo fazendo o que já fazia. Só o que a

poder fazer sanitização nas comunidades e amenizar essa questão do vírus nas comunidades. Mesmo não sendo político, vereador, mesmo não tendo cargo algum, eu sempre fiz ações sociais, sempre foi muito importante para mim cuidar das pessoas.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

BBC News Brasil - Que mensagem você deixa aos que estão no tiroteio de mensagens no WhatsApp e nas redes sociais sobre a sua participação na campanha de Dia dos Pais?

Thammy Miranda - Que vocês pensem mais na palavra respeito. Se respeitarmos as diferenças, vai ser tudo mais fácil, mais leve, não vai ter briga, não vai ter guerra. Acho até engraçado porque os haters acabaram fazendo tudo isso, as pessoas que são contra é que acabaram dando essa visibilidade toda. Talvez se não tivessem feito todo esse boicote, esse alarde, talvez eu seria só mais uma pessoa representando um pai numa campanha publicitária. Assim como eu fui contratado, mais 16 foram. Se eu não represento, tem mais 16. As pessoas têm que parar de expor ódio gratuito e pensar mais em respeito e amor e levar isso para a vida, não só na internet.

BBC News Brasil - Você falou em outros 16 nomes, de fato há outros, mas o seu é o que mais aparece. Essa controvérsia no fim das contas deu visibilidade a você. Dá para dizer que isso foi bom?

Thammy Miranda - Acredito que foi bom, sim, lógico que foi. Deu mais visibilidade ainda para essa representatividade que para mim é tão importante.

▼ CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ▼

## ANEXO C – Com recorde de candidaturas, 25 transexuais e travestis se elegem no Brasil



ELEIÇÕES

ELEIÇÕES 2020

### ELEIÇÕES 2020

Com recorde de candidaturas, 25 transexuais e travestis se elegem no Brasil



Gabryella Garcia

Colaboração para o UOL

16/11/2020 11h32

Atualizada em 16/11/2020 17h19

 *Erramos: este conteúdo foi alterado*

  
Topo



ELEIÇÕES 2020

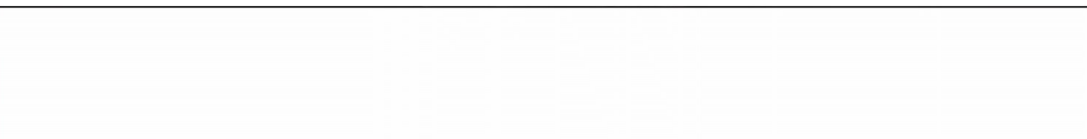
país representa um aumento de 212% em relação as candidaturas eleitas no pleito de 2016. Naquele ano, de acordo com um levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), foram 8 candidatos eleitos.

O levantamento foi feito de forma exclusiva pela reportagem do **UOL** e atualizada em um cruzamento de dados com a Antra.

PUBLICIDADE



RELACIONADAS



Uirav de Carvalho diz que Bolsonaro foi incapaz de ajudar aliados



Sem provas, Bolsonaro sugere que sistema de apuração do Brasil deixa dúvida

Topo



O aumento de ocupantes de uma cadeira no Legislativo foi um reflexo do crescimento de candidaturas dessa população. Em uma resposta aos ataques do presidente **Jair Bolsonaro** contra a comunidade, foram registradas 323 candidaturas em 2020. O número representa um aumento de 263% em relação às 89 candidaturas identificadas em 2016 pela Antra.

Em São Paulo, que é o maior colégio eleitoral do país, se elegeram Erika Hilton (PSOL), Thammy Miranda (PL) e Carolina Lara, da Bancada Feminista (PSOL) e Samara Santana, do Coletivo Quilombo Periférico (PSOL - São Paulo). Em outras duas capitais do Brasil, as candidatas mais votadas para o cargo de vereador foram mulheres transexuais.

Em Aracaju/SE, Linda Brasil (PSOL) foi eleita com 5.773 votos, enquanto em Belo Horizonte a candidata Professora Duda Salabert obteve a maior votação da história da capital mineira para o cargo de vereança. Duda foi eleita com um total de 37.613 votos.

As outras 19 cadeiras do legislativo serão ocupadas por Paulinha da Saúde (MDB - Eldorado dos Carajás/PA), Benny Briolly (PSOL - Niterói/RJ), Kará (PDT - Natividade/RJ), Paulette Blue (PSDB - Bom Repouso/MG), Thabatta Pimenta (PROS - Carnaúba dos Dantas/RN). Gilvan Masferrer (DC - Uberlândia/MG).

Valéria (PDT - Ponta/SP), Theta Meio (MDB - São Joaquim da Barra/SP), Rebecca Barbosa (PDT - Salesópolis/SP), Yasmin Prestes (MDB - Entre-Ijuís/RS), Titia Chiba (PSB - Pompeu/MG), Brenda Ferrari (PV - Lapa/PR) e Dandara (MDB - Patrocínio Paulista/SP).



## ELEIÇÕES 2020

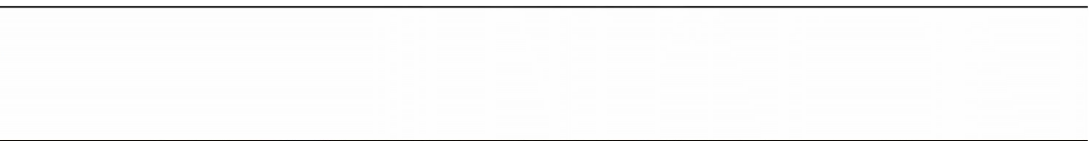
Macapa (AP), em virtude do apagão que atingiu o estado.

Duda Salabert, que obteve o resultado histórico em Belo Horizonte, afirmou que o resultado é "uma vitória da democracia. Quando uma travesti avança toda a sociedade avança". Ela também lembrou que o resultado é fruto de uma construção política feita ao longo de muitos anos. Duda já era a 4ª mulher mais votada da história do Estado de Minas Gerais, quando concorreu ao cargo de senadora em 2018.


E a segunda-feira da nova vereadora mais votada da história da capital mineira começou como todas as outras, dando aula! Duda, que é professora da rede pública, afirmou que não irá deixar de lecionar enquanto ocupa um cargo político. "A minha atuação na sala de aula é extremamente política, a política vai complementar, mas o maior papel é na sala de aula. Eu sou professora e estou ocupando um cargo político".

Duda também destacou o fato de ter feito uma campanha "lixo zero", sem ter produzido nenhum santinho, adesivo ou panfleto. Agora, além da questão da diversidade, ela vê as questões de educação, emprego, áreas verdes e combate às enchentes como principais preocupações para o município.

Além disso, a candidata fez uma promessa de campanha de que iria plantar uma árvore para cada voto que recebesse. Belo Horizonte, portanto, com



*Anabella Pavão é do PSOL, e não do PT. A informação foi corrigida*

COMUNICAR ERRO 

  
Topo

## ANEXO D – Dois transexuais estão entre os dez vereadores mais votados de São Paulo

SÃO PAULO  
ELEIÇÕES 2020 EM SÃO PAULO

### Dois transexuais estão entre os dez vereadores mais votados de São Paulo

Erika Hilton (PSOL) ficou em 6º lugar e Thammy Miranda (PL), em 9º. 'Mulher preta e trans eleita a vereadora mais votada da cidade! Feminista, antirracista, LGBT', comemorou Erika.

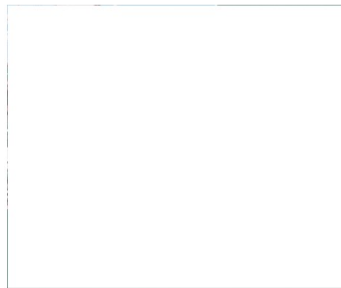
Por Bárbara Muniz Vieira, G1 SP — São Paulo  
16/11/2020 02h59 · Atualizado há um ano



Erika Hilton (PSOL) e Thammy Miranda (PL) foram eleitos em SP — Foto: Reprodução Instagram/Júlio Zerbato/Futura Press/Estadão Conteúdo e Renato S. Cerqueira/Futura Press/Estadão Conteúdo

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE





Dois transexuais estão entre os dez vereadores mais votados de São Paulo em 2020. Com 99% das urnas apuradas, Erika Hilton (PSOL) tinha 50.447 votos e Thammy Miranda (PL), filho da cantora Gretchen, tinha 43.297 votos. Eles deverão compor a Câmara Municipal a partir de 2021.

Em 6º lugar, Erika Hilton foi a mulher mais bem votada, e Thammy ficou em 9º (**veja a lista abaixo**).

Ativista dos Direitos Humanos, Erika Hilton comemorou a vitória dela em uma rede social.

"Vencemos! Com 99% das urnas apuradas já é possível dizer: mulher preta e trans eleita a vereadora mais votada da cidade! Feminista, antirracista, LGBT e do PSOL. A primeira da história! Com mais de 50 mil votos. Obrigada!", escreveu.

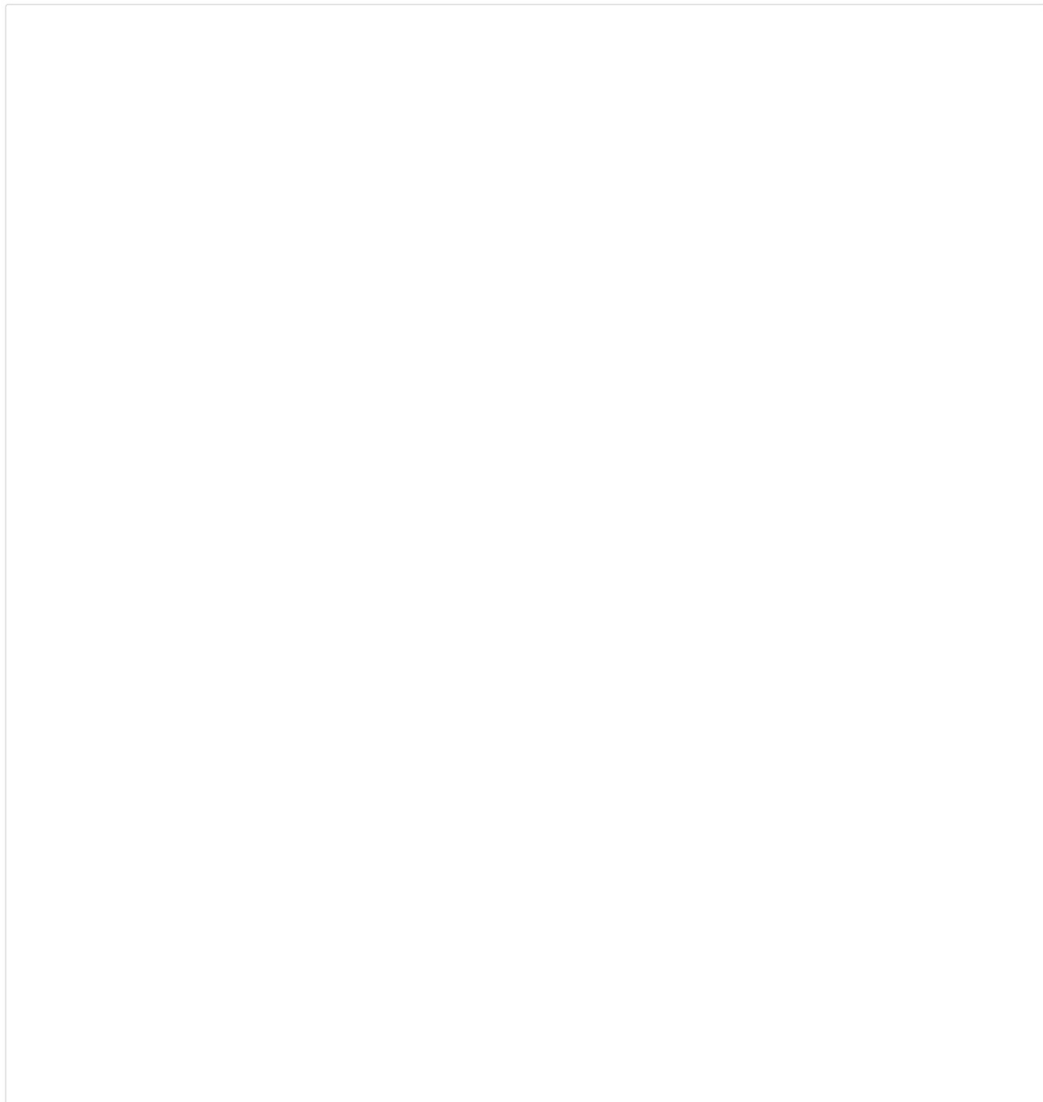
---

Veja quem são os 5 vereadores mais votados de SP

### 10 vereadores mais votados:

1. Eduardo Suplicy (PT)
2. Milton Leite (DEM)

3. Delegado Palumbo (MDB)
4. Felipe Becari (PSD)
5. Fernando Holiday (Patriota)
6. Erika Hilton (PSOL)
7. Roberto Tripoli (PV)
8. Sílvia Da Bancada Feminista (PSOL)
9. Thammy Miranda (PL)
10. André Santos (Republicanos)



Emocionado, Thammy Miranda também comemorou a vitória em uma rede social. Em vídeo, ele agradeceu os votos, desculpando-se pela cara de choro e cabelo despenteado, causados, segundo ele, pela comemoração.

"Quando eu decidi me candidatar eu sabia que o desafio era grande e o caminho para conquistar as pessoas que querem um representante na Câmara Municipal com garra e com coragem. Mas enfim esse dia chegou e eu só posso dizer que tudo valeu a pena. É meu dever retribuir tudo isso para vocês. Agora começa um novo tempo, um novo ciclo na minha vida e eu vou mostrar que eu sou gente que cuida de gente. Meu muito obrigada a vocês. Me perdoem a minha cara de choro, o meu cabelo descabelado. A gente estava comemorando muito aqui. Meu mandato vai ser participativo, colaborativo, esse é um mandato que você vai participar comigo. Eu amo todos vocês."

Thammy Miranda, 36 anos, é filho da cantora Gretchen, que fez muito sucesso nos anos 80 e 90 no Brasil. Desde 2015 assumiu o gênero masculino e começou a passar por cirurgias de redesignação sexual. Atualmente, Thammy é pai de Bento, de 10 meses, fruto do casamento com a modelo e assistente de palco Andressa Ferreira.

Em julho, **Thammy foi atacado virtualmente por ser contratado para estrelar uma campanha de Dia dos Pais da empresa Natura.**

Em 2016, ele também foi candidato a vereador de São Paulo pelo PP na coligação PSDB/PSB/PP/DEM e obteve 12.408 votos nas eleições e ficou como suplente da coligação.

Em 2019, a Câmara de São Paulo cumpriu a decisão da Justiça Eleitoral e determinou a extinção do mandato do vereador Camilo Cristóforo (PSB). Thammy deveria assumir o cargo, **mas Cristóforo reassumiu ao recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e manteve o mandato.** Neste ano, Thammy se elegeu pelo Partido Liberal (PL) entre os **vinte candidatos mais bem votados da capital paulista.**

